

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE DIREITO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Taylanne Alves Araujo

**O PROCESSO DA VIDA E O PROCESSO JURÍDICO:
ESPECIFICIDADES NA APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA
PENHA**

**SÃO CRISTÓVÃO/SE,
2021**

Taylanne Alves Araujo

**O PROCESSO DA VIDA E O PROCESSO JURÍDICO:
ESPECIFICIDADES NA APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Direito da Universidade Federal de Sergipe como parte dos requisitos curriculares para obtenção do Bacharelado em Direito.
Orientador: Prof. Me. Marcelo Fernandez Cardillo de M. Urani.

Direito - UFS

**São Cristóvão/SE,
24 de janeiro de 2021**

Curso de Direito – Universidade Federal de Sergipe

**O PROCESSO DA VIDA E O PROCESSO JURÍDICO:
ESPECIFICIDADES NA APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Apresentado ao corpo docente do Curso de Direito da Universidade Federal de
Sergipe para a obtenção do título de

BACHAREL EM DIREITO

por **Taylanne Alves Araujo**

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Me. Marcelo Fernandez Cardillo de M. Urani

Avaliador: _____

Avaliador: _____

Nota:

Coordenador do Curso de Direito UFS

São Cristóvão, 24 de janeiro de 2021.

SERGIPE – BRASIL

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que direta ou indiretamente colaboraram com a minha trajetória no Curso de Direito da Universidade Federal de Sergipe, trajetória que se encerra com a apresentação deste trabalho.

Ao Divino, pela sua manifestação nos meus dias.

Mais expressamente, agradeço a Victor Cisneiros pela ajuda constante, em todas as etapas, inclusive importando em sacrifícios na nossa rotina; aos diletos Dra. Eliane Magalhães, José Olino, Lucas Rocha e Diego Vasconcelos, que contribuíram sanando algumas dúvidas. A William, um grande amigo.

Como sou de poucas palavras, o meu muito obrigada.

RESUMO

Este trabalho teve como ponto de partida a atuação da aluna no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, no cargo de Analista Judiciária. A partir deste lugar, com o olhar atento sobre as especificidades dos casos, percebeu-se a necessidade de um mecanismo que equalizasse o tempo processual, o tempo da vida das jurisdicionadas e as previsões constantes da Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, com vistas à maior efetividade da resposta judicial. Assim, o trabalho teve como objetivos específicos: examinar a bibliografia concernente à aplicação da Lei Maria da Penha; identificar as dificuldades/especificidades relacionadas ao tema; analisar possibilidades aventadas na prática judicial e perscrutar possível solução. Utilizou-se o método dialético, capaz de fazer dialogar contrastes, e a revisão bibliográfica, em abordagem qualitativa. De todo o exposto, foi possível propor o que se chamou de um “mecanismo jurídico” apto a permitir um lapso de tempo para determinadas medidas previstas na lei. Esse mecanismo, já utilizado outrora sem previsão legal mas com previsão jurisprudencial, vem a ser a “suspensão” do processo, que não pode, nesse caso, ser despenalizadora nem identificada com o instituto do *sursis*.

Palavras-chave: tempo; Lei Maria da Penha; especificidades.

ABSTRACT

This work had as a starting point the performance of the student in the Court of Domestic and Family Violence Against Women, in the position of Judicial Analyst. From this place, with a careful look at the specifics of the cases, it was realized the need for a mechanism that would equalize the procedural time, the life time of the people and the provisions contained in Law 11.340/2006, the Maria da Penha Law, with a view to greater effectiveness of the judicial response. So, the work had as specific objectives: to examine the bibliography concerning the application of the Maria da Penha Law; identify difficulties/specificities related to the theme; analyze possibilities brought up in judicial practice and investigate possible solution. The dialectical method was used, able to dialoguing contrasts, and the literature review, in a qualitative approach. From all of the above, it was possible to propose what was called a “legal mechanism” capable of allowing a lapse of time for certain measures provided for in the law. This mechanism, previously used without a legal provision but with jurisprudential provision, turns out to be the “suspension” of the process, which cannot, in this case, be decriminalizing or identified with the institute of *sursis*.

Keywords: time; Maria da Penha Law; specificities.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 MARIA DA PENHA E A LEGISLAÇÃO.....	9
2.1 DIPLOMAS NORMATIVOS ANTERIORES À LEI 11.340/2006.....	10
2.2 AS DEAMS – DELEGACIAS ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO À MULHER.....	12
2.2.1 O sucesso e o fracasso das DEAMS: a mediação.....	13
2.3 LEI 11.340 DE 2006, A LEI MARIA DA PENHA.....	14
2.3.1 Da assistência à mulher.....	16
3 A LEI 11.340/2013 E AS PECULIARIDADES DO ATENDIMENTO.....	19
3.1 DAS DEMANDAS DAS MULHERES NA VARA ESPECIALIZADA.....	19
3.2 “NOVAS VELHAS” SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA.....	23
3.3 OS CASOS DE VIOLÊNCIA RECÍPROCA.....	26
3.4 AS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES.....	28
3.5 O ENCAMINHAMENTO A SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO PREVISTO NA LEI 11.340/2006.....	29
3.6 OS RELACIONAMENTOS QUE SÃO RETOMADOS.....	32
3.7 VEDAÇÃO AO <i>SURSIS</i>	34
3.8 DIREITOS DA MULHER E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DO ACUSADO...36	
4 AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA E O PROCESSO PENAL.....	40
4.1 A (IN) TEMPESTIVIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA....	43
5 O TEMPO E O DIREITO.....	44
5.1 A EFETIVIDADE DAS RESPOSTAS JUDICIAIS NO TEMPO OU A MOROSIDADE PROCESSUAL.....	46
5.1.1 A razoável duração do processo.....	48
5.1.1.1 A razoável duração do processo e a Lei Maria da Pena.....	50
6 UMA PROPOSTA.....	53
7 CONCLUSÃO.....	57
REFERÊNCIAS.....	60

1 INTRODUÇÃO

A elaboração do presente Trabalho de Conclusão de Curso parte da observação, no dia a dia laboral, das distâncias existentes entre o caminhar do processo penal no âmbito da violência doméstica contra a mulher e o curso de vida das vítimas, tendo em mente que para que o processo atinja seus objetivos ele deve, em algum grau, corresponder aos anseios da mulher ou atendê-la no momento preciso capaz de protegê-la e de coibir a violência.

A observação cotidiana deu-se no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Aracaju, localizado nas dependências do Fórum Gumersindo Bessa, sob o prisma da aluna que é servidora do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Analista Judiciária da especialidade Psicologia, também estudante do Curso de Direito da Universidade Federal de Sergipe.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, a abordagem qualitativa e o método dialético, capaz de considerar o contexto social e as contradições presentes no conhecer. A pesquisa bibliográfica baseou-se em livros e periódicos. Com Hegel, “no universo nada está isolado, tudo é movimento e mudança, tudo depende de tudo” (LAKATOS; MARCONI, 2008, p. 82). A dialética, então, estará aplicada ao trabalho monográfico, que segundo Lakatos e Marconi (2008, p. 132-133) tem as seguintes características:

- a) trabalho escrito, sistemático e completo;
- b) tema específico ou particular de uma ciência ou parte dela;
- c) estudo pormenorizado e exaustivo, abordando vários aspectos e ângulos do caso;
- d) tratamento preciso e claro, enfocando diversas questões e ângulos do caso;
- e) metodologia científica;
- f) contribuição importante, original e pessoal para a ciência.

Neste trabalho será privilegiado o enfrentamento do tema em variados ângulos, traduzidos em pontos de especificidade (nuances) da demanda dos jurisdicionados em relação à norma.

Entre os pontos peculiares concernentes à aplicação da Lei que merecem destaque e que, pretende-se, serão trabalhados nos capítulos seguintes, está o grande número de mulheres desejosas de se “retratarem” ante a notícia-crime que fi-

zeram. Por retratação¹, coloquialmente, entenda-se a “retirada” do que disse, consistindo numa declaração que, se não nega a prática de violência denunciada, coloca-a em outros termos possivelmente aceitáveis, tais como “não foi tão grave como eu disse”, “eu exagerei, pois estava com raiva” etc.

Mais um item a considerar é o grande número de mulheres que expressam não desejar a punição do agressor, esperando apenas dar-lhe “uma lição”, ou que as autoridades públicas consigam uma forma de resolução dos problemas enfrentados na relação intrafamiliar. Outros casos são aqueles em que se deseja a garantia de direitos básicos no momento de separação, evento potencialmente ensejador, pelo esforço subjetivo que demanda dos envolvidos, de atos impulsivos/violentos/criminosos da parte adversa, como a perseguição, a ocultação do patrimônio, a subtração de pertences pessoais ou de documentos.

Somem-se a esses tópicos aqueles já conhecidos como falhas do sistema de justiça brasileiro, a exemplo do grande número de processos, do abarrotamento das instituições prisionais que não ressocializam, da dita morosidade processual, ou do grande espaço de tempo demandado para o curso (regular inclusive) do processo. Este tempo decorrido, em especial, é a pedra de toque do presente estudo, que tem por objetivo teorizar acerca do tempo de resolução do conflito eficaz para as vítimas, considerando a variedade das demandas, o tempo processual e a existência ou não de um mecanismo jurídico que permita a compatibilização entre esses “tempos”.

Apresentam-se como objetivos específicos: examinar a bibliografia concernente à aplicação da Lei Maria da Penha; identificar as dificuldades/especificidades relacionadas ao tema; examinar possibilidades aventadas na prática judicial e perscrutar possível solução.

Esses pontos e inúmeros outros representam desafios para os operadores do direito atuantes nas varas competentes para o julgamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. Eles antecipam a complexidade do tema da violência doméstica e do trabalho nessa área – quer no sistema policial, quer no judicial – que ainda amadurece desde o surgimento das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e, posteriormente, da Lei 11.340/2006, conhecida por Lei Maria da Penha. Sinalizam, afinal, a necessidade de estudos práticos e teóricos.

1 No ordenamento jurídico brasileiro, área penal, existem casos em que a retratação extingue a punibilidade do agente, mas é a retratação, saliente-se, por parte do ofensor (agente).

2 MARIA DA PENHA E A LEGISLAÇÃO

Em agosto de 2006 inaugurava-se a Lei 11.340, que veio a ser amplamente conhecida como Lei Maria da Penha. O “apelido” para a Lei justifica-se pela grande repercussão do caso, o qual ensejou posicionamento por organismos internacionais a respeito da experiência vivida pela senhora Maria da Penha Maia Fernandes no Brasil.

Maria da Penha, no ano de 1983 (23 anos antes da publicação da Lei, portanto) sofreu agressões físicas consistentes em tiros de espingarda na região das vértebras e, dias depois, descarga elétrica no momento do banho, ou seja, no ambiente doméstico. As circunstâncias do ocorrido indicavam a autoria do seu marido, inclusive porque dias antes este “tentou convencer a esposa a celebrar um seguro de vida, do qual ele seria o beneficiário” (CUNHA; PINTO, 2014, p. 27).

Das agressões, Maria da Penha restou paraplégica. Seguiu-se que após Inquérito Policial foi ofertada denúncia pelo Ministério Público no mês de setembro de 1984, sendo o caso tipificado como tentativa de homicídio. Após sucessivas condenações e apelações, resultou que somente em 2002 (19 anos depois) o marido foi preso, condenado a pena de 10 anos (CUNHA; PINTO, 2014).

O caso de Maria da Penha, como mencionado, despertou a atenção de organismos internacionais, a exemplo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e do Centro Pela Justiça e o Direito Internacional, este último peticionado pela própria vítima, conforme Cunha e Pinto (2014). Os posicionamentos dessas organizações davam a ver sobre a enorme falha do estado brasileiro no caso, destacando a Comissão Interamericana de Direitos Humanos acerca da “impunidade verificada por conta, principalmente, da lentidão da justiça e da utilização desenfreada de recursos” (CUNHA; PINTO, 2017, p. 29-30).

Maria da Penha, é sabido, tornou-se uma representante da causa da violência doméstica, liderando movimentos em favor do feminino. A gravidade da violência que sofreu não deixa margens para maiores dúvidas e a própria Maria da Penha considera a importância que teve, para si, denunciar a agressão. Na mesma passagem, segundo Cunha e Pinto (2014), Penha disse sentir-se recompensada pelo reconhecimento internacional e pela importância que ela, através da sua experiência, passou a ter em nome das vítimas do machismo (CUNHA; PINTO, 2014). Um dos

produtos do seu engajamento foi, sem dúvida, a lei batizada com o seu nome, reconhecida internacionalmente.

2.1 DIPLOMAS NORMATIVOS ANTERIORES À LEI 11.340/2006

Até a publicação da Lei Maria da Penha foi percorrido um longo caminho impulsionado, sobretudo, pelos movimentos feministas ao redor do mundo. Fontes e Thomasi (2018, p. 246) mencionam a universalidade da violência contra as mulheres, “presente em praticamente todas as sociedades do mundo ocidental”, fenômeno que ultrapassa eras históricas. Em consonância com essa universalidade da violência, Fernandes, em seu trabalho de doutorado datado de 2013, descreve a evolução histórica dos direitos da mulher no Brasil, em muitos outros países e nas Convenções Internacionais. Concentremo-nos na evolução brasileira.

No Brasil Colônia, a tônica era as mulheres pertencerem e serem tuteladas pelo homem, de maneira que eram destinadas aos afazeres domésticos e ao casamento, quando passavam da tutela do pai para a do marido. Alguma proteção legal e dos costumes oferecida às mulheres, especialmente quanto à sexualidade, visava à preservação da honra do seu marido – exceptuando-se as escravas, que eram posses dos seus senhores para qualquer fim, sobre as quais não incidia a mesma moral familiar (FERNANDES, 2013).

Já no Império, diz Fernandes (2013), embora os direitos concernentes à cidadania fossem pensados para os homens, alguns avanços houve na esfera de direitos das mulheres, como o direito a pouco estudo e ao ingresso no mercado de trabalho. Assim como no Brasil Colônia, a tipificação dos crimes de que as mulheres eram vítimas girava em torno dos crimes sexuais, com vistas a resguardar a honra do marido, da família e, por consequência, da mulher “honesta”.

Na época do Brasil República, o maior passo dado foi a inserção no mercado de trabalho, satisfazendo a demanda por mão de obra pós-revolução industrial. De acordo com Teles (1993 apud FERNANDES, 2013), as mulheres tinham jornada de trabalho maior e ganhavam menos², além de trabalharem em casa junto à prole. Ainda eram controladas pelos maridos, salientando-se sempre sua “honestidade sexual”; tinham capacidade civil apenas as solteiras e as viúvas; passaram a ter direito

2 Ainda em 2010, de acordo com Dias, as mulheres recebem salário 40% menor que o dos homens na mesma atividade.

ao voto a partir de 1932 e em 1934 o direito ao voto por mulheres passou a estar previsto constitucionalmente.

A Constituição Federal de 1988 manteve a igualdade formal entre mulheres e homens, já vista na constituição desde 1824, e previu a igualdade material, levando ao entendimento doutrinário que as diferenças de tratamento que visem a igualá-los são permitidas e, quiçá, devidas (FERNANDES, 2013).

Sob o manto da Constituição cidadã, entre 1995 e 2006, os casos de violência doméstica contra a mulher, em conformidade com a legislação infraconstitucional (Lei 9.099/1995), eram encaminhados aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECRIM's), onde eram realizados a conciliação, a aplicação dos institutos despenalizadores e, muitas vezes, o arquivamento. Assim, “após noticiar o fato, além de retornar para casa sem nenhuma proteção, a vítima era chamada para a audiência preliminar em que se tentava apaziguar a situação e reconciliar o casal” (FERNANDES, 2013, p. 18). Diante-se que com a Lei 11.340/2006 ficaram vedadas esse tipo de prática e a aplicação da Lei 9.099/1995 nos casos de violência doméstica.

Após a Constituição ocorreram outras mudanças na legislação, destacando-se aquelas efetuadas em institutos já anacrônicos do Código Penal. De acordo com Fernandes (2013), as principais foram:

a) a inclusão do companheiro (já havia referência ao cônjuge) na qualificadora do crime de sequestro (art. 48, I, do Código Penal); b) a substituição da expressão “mulher honesta” por “mulher” no crime de posse sexual mediante fraude (art. 215 do Código Penal); c) a substituição de “mulher honesta” por “alguém” no crime de atentado ao pudor mediante fraude (que foi revogado pela Lei 12.015 de 07 de agosto de 2009); d) o aumento da metade da pena caso o agente seja cônjuge ou companheiro da vítima (art. 226, II, do Código Penal), nos crimes então denominados contra os costumes; e) a revogação das causas extintivas de punibilidade referentes ao casamento do agente com a vítima (art. 107, VII, do Código Penal); f) e o casamento da vítima com terceiro, nos crimes cometidos sem violência real ou grave ameaça, se a ofendida não pedisse o prosseguimento do inquérito ou da ação em 60 dias contados da sua celebração (art. 107, VIII, do Código penal). (FERNANDES, 2013, p. 20)

Acrescentem-se ainda as Leis 10.714/2003, 10.778/2003, 10.886/2004³ como precursoras da Lei 11.340/2006, que veio a ser instituída após o crescente constrangimento do Estado Brasileiro pelos organismos de proteção internacionais.

3 A Lei 10.714/2003 versa sobre um número telefônico para denúncias, o 180; a Lei 10.778/2013 sobre a notificação compulsória dos casos relacionados a violência doméstica atendidos nas unidades de saúde e a Lei 10.886/2004 criou o tipo “violência doméstica” e a causa especial de aumento de pena. (FERNANDES, 2013)

2.2 AS DEAMS – DELEGACIAS ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO À MULHER

Durante praticamente duas décadas, em meados dos anos 80 e 90, o serviço governamental oferecido para o trato da violência doméstica contra a mulher foi as Delegacias Especializadas, comumente chamadas de DEAMS, conquanto a denominação pudesse variar no território nacional (SILVEIRA, 2006). Elas foram criadas numa época em que os processos eram encaminhados principalmente aos Juizados Especiais Criminais (JECRIM's⁴) e não havia uma legislação específica tal qual a Lei 11.340/2006.

Incipientes, as DEAMS enfrentavam a complexidade dos casos e, segundo autores, o desprestígio institucional que as causas domésticas tinham no âmbito policial; mas, de toda forma, representavam uma conquista no atendimento especializado às mulheres, sendo um avanço na pauta de movimentos feministas⁵ que já contavam com o trabalho de ONG's e de outras iniciativas informais (SILVEIRA, p. 29).

Desde 1979 o movimento feminista questionava os valores inscritos na legislação penal e na práxis jurisprudencial (MACHADO, 2002). Com as delegacias especializadas, de acordo com Pasinato e Santos (2008), o serviço deveria ser prestado por policiais do sexo feminino que deveriam ser treinadas para tal, uma expectativa dos movimentos feministas. O funcionamento variava em razão da localidade, uma vez que amparado por legislação estadual.

A experiência das DEAMS demonstrou, segundo Silveira (2006), que as necessidades das mulheres eram múltiplas, variando desde serviços básicos de saúde, creches, empregos, assistência psicossocial e, também, até uma intervenção externa que cessasse a violência. Por essa razão as delegacias acabaram muitas vezes realizando mediações, no que residia o seu sucesso (?) ou o seu fracasso (?).

4 A despeito das controvérsias a respeito da constitucionalidade do Art. 41 da Lei 11.340, este vedou a aplicação da Lei 9.099/95 (que trata dos JECRIM's) nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

5 Este estudo não pretende enveredar pela história dos movimentos feministas, o que requer maior aprofundamento.

2.2.1 O sucesso e o fracasso das DEAMS: a mediação

Um dos motivos de controvérsia na existência das DEAMS nas décadas de 80 e 90 foi, segundo os autores, a prática de mediações, antes estranhas ao trabalho nas delegacias, mas que se tornaram comuns no atendimento às mulheres. Isso devido ao anseio por assistência psicossocial e por uma resolução, que não punitiva, dos conflitos domésticos. Desde 1985 há, com Silveira (2008), discussão sobre a inclusão de outros serviços, além do eminentemente policial, nas unidades de polícia – serviços como assistência psicológica, social, jurídica, de mediação, entre outros.

De acordo com Nobre (in ESCÓSSIA; CUNHA, 2008), a característica de mediadora que as delegacias da mulher adquiriram era fonte de desprestígio institucional e a mediação sem encaminhamento de inquéritos resultava numa aparente baixa produtividade, o que aparecia como um fracasso das DEAMS. Machado (2002) aponta, em trabalho de 2002 acerca dos anos anteriores, a falta de padronização no atendimento prestado pelas delegacias especializadas, cujo desempenho podia resultar na instauração de um inquérito ou, como muito se dava, no encaminhamento a outros órgãos, aconselhamento ou mesmo não-registro. A essa recepção da mulher na delegacia Machado (2002, p. 9) chamava de “momento crítico” de decisão, inclusive para a agente policial que ficava no limite entre o registro e o arquivamento.

Sob outra ótica, no entanto, esse era justamente o sucesso das delegacias especializadas, pois “as possibilidades de renegociação, conciliação e mediação de conflitos que caracterizavam o trabalho das DEAMS” (NOBRE in ESCÓSSIA; CUNHA, 2008, p. 138-139) atendiam, em algum grau, àquilo que as mulheres procuravam quando não desejavam a criminalização do autor⁶ e ao mesmo tempo descortinavam a violência do espaço privado para o público.

Entusiasta das mediações em geral como resolução para os conflitos familiares, Oliveira (2008) [et al.] escreve que a lógica utilizada pela Justiça é adversarial, enquanto a lógica da mediação reside na parceria e no protagonismo das partes. Esse tipo de prática anima aqueles estudiosos que, cientes da falência do direito penal, buscam outras formas de responsabilização e reparação de danos. Um outro

6 Até mesmo o medo pode ser, paradoxalmente, uma razão para que a mulher não queira a criminalização e a autora menciona a fala de mulheres as quais colocam que, quando ele cumprir a pena, volta para matar (NOBRE in ESCÓSSIA; CUNHA, 2008, pág. 148).

exemplo dessas práticas não retributivas, mas de responsabilização, é aquela conhecida por Justiça Restaurativa, que vem agregando adeptos nos últimos anos.

O panorama das DEAMS foi alterado, frise-se, com a chegada da Lei 11.340/2006. A partir de 2017, as DEAMS, contempladas novamente no art. 12-A, tiveram seu funcionamento delimitado pelos artigos 10, 11 e 12, sendo dever da autoridade policial proceder ao registro da ocorrência de violência doméstica e, entre outros procedimentos enumerados na Lei, remeter o inquérito policial ao Juiz e ao Ministério Público, não havendo espaço para negociações ou arquivamentos.

2.3 LEI 11.340 DE 2006, A LEI MARIA DA PENHA

A lei federal que visa a, especificamente, coibir os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher foi publicada em 7 de agosto de 2006. Ela incitou diversos debates, inclusive sobre a sua constitucionalidade, uma vez que cria, aparentemente, um mecanismo “discriminatório” no rol dos direitos fundamentais, posição defendida por Santim (apud CUNHA; PINTO, 2014, p. 37). Contudo, exemplificam outros autores debruçados sobre o tema, a proteção especial justifica-se pela própria busca material da isonomia, sendo necessário tratar na medida das suas desigualdades os desiguais, e corrigir, portanto, uma desigualdade histórica, legal e cultural que atinge as mulheres.

Para Streck (2014), a proteção rápida à integridade das mulheres é, sim, uma exigência constitucional, e não empreendê-la é que seria inconstitucional. No dizer de Fontes e Thomasi (2018, p. 242), fazendo referência ao feminismo, “o movimento procura atingir todas as esferas da experiência humana de modo a erradicar desvantagens que ainda se imponham a mulheres em sua realidade social.” Coutinho (2004, p. 58) fala do acerto da “luta pelo direito no campo do direito” como forma de efetivação da busca por igualdade jurídica.

Nesse sentido, no diploma legal estão positivadas normas tendentes a alcançar as diversas formas de violência doméstica que podem acometer as mulheres em virtude da sua condição existencial (dependência afetiva, dependência econômica, p.ex.) e das próprias relações no âmbito doméstico, familiar, ou de relação afetiva, marcadas pela intimidade e pelo gênero. Na Lei 11.340/2006 a(s) violência(s) está(ão) assim definida(s):

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: (Vide Lei complementar nº 150, de 2015)

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

A Lei Maria da Penha, para Santos (apud PASINATO; SANTOS, 2008, p. 17) simbolizou “um momento institucional de ‘absorção/ tradução ampla’ das demandas por ‘serviços integrados’ reivindicados pelas feministas desde o início da década de 1980”.⁷ Com efeito, a Lei 11.340/2006, prolixa e programática, possui caráter repressivo, mas também preventivo e assistencial, através de vários recursos nela elencados, cuja prestação deve ser empreendida pelo poder público em conjunto com a família e a sociedade (art. 2º, §1º, da Lei 11.340). Um desses recursos são as Medidas Protetivas de Urgência, que “têm se apresentado como o vetor mais eficaz da Lei Maria da Penha” (PIRES, 2011, p. 123).

⁷ A mesma autora coloca que já havia, nas leis 10.224/2001 e 10.886/2004, menções às figuras penais do assédio sexual e da violência doméstica.

Da lei decorreram, conforme Cunha e Pinto (2014) outros atos normativos a fomentar os programas de proteção à mulher, a exemplo do Decreto 8.086 de 2013 que instituiu o “Programa Mulher: viver sem violência” e previu, em consonância com o art. 35 da Lei 11.340, a necessidade de criação das Delegacias Especializadas, dos Juizados e Varas Especializados, das Promotorias da Mulher e das Defensorias Públicas Especializadas da Mulher.

A autora Granjeiro (2012, p. 201), quando menciona Bandeira e Thuler, salienta que “a Lei Maria da Penha é a maior conquista legislativa alcançada pelas mulheres brasileiras nos últimos tempos”, acrescentando o reconhecimento internacional que tal diploma possui. Aponta a sua amplitude, tendo caráter preventivo, educativo e punitivo, podendo-se ainda aqui acrescentar o seu espírito programático, assistencial e, para muitos estudiosos, de ação afirmativa⁸. Conforme Pires (2011), para quem a Lei 11.340/2006 não é essencialmente punitiva,

o tratamento dado pela Lei Maria da Penha à violência contra a mulher baseada no gênero coloca como meta superior a proteção máxima e integral da mulher (CAMPOS, 2008, p. 249 e 264), isto é, a proteção mais ampla possível dos bens jurídicos de sua titularidade tais como a sua integridade física, psíquica, sexual, patrimonial e moral a partir de uma visão integrada dos campos cível e penal. (PIRES, 2011, p. 124-125).

No mesmo sentido, Dias, em solenidade de outubro de 2020, celebrou que a Lei Maria da Penha é “considerada uma das três leis mais avançadas do mundo” (DIAS, 2020, p.1) e é “conhecida por mais de 90% das pessoas” no país.

2.3.1 Da assistência à mulher

Tal qual antecipado em outros parágrafos, a Lei traz, em título próprio, um cabedal de recursos tendentes a assistir a mulher em situação de violência doméstica. Diz-se tendentes pois há ainda muito o que avançar⁹ e é possível que algumas medidas não estejam protegendo eficazmente as mulheres ou promovendo o seu bem-

8 Dias (2010, p. 2) diz “O que se deve atentar não é à igualdade perante a lei, mas o direito à igualdade mediante a eliminação das desigualdades, o que impõe que se estabeleçam diferenciações específicas como única forma de dar efetividade ao preceito isonômico consagrado na Constituição.”

9 Para Pires, em trabalho de 2011 (p. 123), o espectro preventivo da Lei Maria da Penha ficou dependente da implementação discricionária por parte do Poder Executivo.

estar. Seguido de vários artigos que tratam da assistência à mulher, dos serviços e procedimentos a serem tomados, diz o art. 8º:

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

II - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às conseqüências e à freqüência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

III - o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal ;

IV - a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VI - a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;

VII - a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Entre os numerosos incisos, vê-se um que reforça, novamente, a existência das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres. Porém, já de acordo com a Lei 11.340/2006, os casos devem ser registrados, apurados e encaminhados ao Ministério Público e ao Juízo – dando fim às práticas que na delegacia mesmo dissolviam os casos pelo entendimento do agente de polícia ou pela mediação.

Ainda, foi lançado em 2010 protocolo com as normas de atendimento à mulher no âmbito policial (CUNHA; PINTO, 2014) e as delegacias, a partir da publicação da Lei 13.827/2019, bem como o policial, quando não houver delegacia disponível no momento da denúncia ou o município não seja sede de comarca, poderão

aplicar medida protetiva de urgência ou determinar o afastamento imediato do ofensor do lar, mediante solicitação/consentimento da vítima.

Dentre as medidas assecuratórias previstas no artigo seguinte estão o acesso prioritário à remoção, quando servidora pública, a manutenção do vínculo trabalhista por até 6 meses e o acesso a serviços médicos necessários no caso concreto.

Todas essas medidas, as quais devem estar integradas, a partir da recepção, do registro, das oitivas e dos primeiros encaminhamentos realizados pela autoridade policial, já são tomadas pelo juízo competente – exceto as Medidas Protetivas de Urgência, que podem ser tomadas na delegacia, com encaminhamento em 48 horas para o juiz (CUNHA; PINTO, 2014).

As medidas protetivas visam a “impedir o ilícito, a sua repetição ou continuação”, tendo caráter de “tutela inibitória ou reintegratória do ilícito”, razão pela qual Didier Jr. e Oliveira (2008, n.p.), no artigo “Aspectos Processuais Cíveis da Lei Maria da Penha” frisavam, sob o Código de Processo Civil (CPC) de 1973, o grande alcance cível que a citada lei possui, a despeito de ser mais frequentemente associada à esfera criminal. Em razão do destaque que obtiveram, neste trabalho as Medidas Protetivas serão estudadas em seção própria.

3 A LEI 11.340/2013 E AS PECULIARIDADES DO ATENDIMENTO

A Lei 11.340/2006, com as suas inovações destinadas a amparar, em vários aspectos, as mulheres, implicou aos juízos especializados também uma práxis diferenciada, distinta daquela comum às varas criminais. No dizer de Pires (2011), que bem escreveu sobre isso,

[...] a lógica que deve nortear a sua aplicação não é aquela típica das varas criminais comuns, em que se busca verificar a existência do crime, identificar o autor e puni-lo, quando a vítima tem o papel circunscrito ao de simples testemunha dos acontecimentos. [...] Não se trata, portanto, de mera busca de um culpado e de sua consequente punição (de mera verificação da autoria, da materialidade e da tipicidade da conduta), mas também, e prioritariamente, de se resguardar a mulher-vítima da violação ininterrupta de seus direitos (enumerados exemplificativamente nos arts. 2º e 3º da Lei) e de empoderá-la no sentido de ter cada vez mais consciência desses direitos e de agir de conformidade com eles, para libertá-la de uma situação de passividade, fazendo-os valer perante as diversas instâncias do sistema de justiça especializado de violência contra a mulher e sendo capaz de romper ou de não contrair relacionamentos violentos, marcados por forte diferenciação de gênero, ou de pelo menos ter o poder de promover mudanças neles. Cuidase, noutras palavras, de opção de política criminal extrapenal, isto é, não focada primariamente no endurecimento da intervenção penal, na criminalização de condutas e na imposição de penas mais gravosas, mas, antes de mais nada, focada no desenvolvimento da capacidade de enfrentamento da situação de violência por parte da própria mulhervítima e na reeducação e reabilitação do ofensor (PIRES, 2011, p. 125).

Dessa forma, em virtude do espírito da Lei Maria da Penha, a qual prevê assistência por equipe multidisciplinar, encaminhamentos a serviços de assistência e tratamento, entre outros, e em virtude da especificidade da clientela atendida (especificidade de cada um dos casos concretos, diga-se de passagem), o dia a dia no atendimento a casos de violência doméstica e familiar contra a mulher dá a ver diversos pontos peculiares que merecem atenção, a fim de que, cada vez mais, o resultado obtido aproxime-se do sentido teleológico da lei.

3.1 DAS DEMANDAS DAS MULHERES NA VARA ESPECIALIZADA

O tema da Violência Doméstica envolve a prática de crimes e contravenções no âmbito doméstico. Essa característica espacial, que é dar-se no lar, carrega vários obstáculos para o funcionamento do sistema penal como o conhecemos. O primeiro deles é a dificuldade de provas, uma vez que, por definição, o ambiente do lar,

inviolável (art. 5º, XI, CF), é aquele destinado ao descanso, à privacidade e à intimidade dos membros da família. As provas materiais são difíceis pois nem sempre há vestígios nesse tipo de crime – lembre-se o leque de possibilidades definidas para a violência doméstica: psicológica, moral, sexual, patrimonial, física. As provas testemunhais, pelo mesmo motivo de darem-se no ambiente privado (entre “quatro paredes”), nem sempre estão presentes. Muitas das vezes obtém-se apenas a declaração¹⁰ de outros membros da família em juízo.

Por conta dessa característica inerente aos casos de violência doméstica é que a palavra da vítima, em tais processos, possui maior relevância, podendo ser fundamento, em consonância com os demais elementos probatórios, para a condenação. Assim se posicionou o STJ no julgado AgRg AREsp 1236017/ES da Quinta Turma:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. LESÕES CORPORAIS LEVES. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. MATERIALIDADE. FATOS EXPLICITAMENTE ADMITIDOS E DELINEADOS NO V. ACÓRDÃO PROFERIDO PELO EG. TRIBUNAL A QUO. NÃO INCIDÊNCIA DO ÓBICE PREVISTO NA SÚMULA 7/STJ. I – O Novo Código de Processo Civil e o Regimento Interno desta Corte (art. 932, inciso III, do CPC/2015 e arts. 34, inciso VII, e 255, § 4.º, inciso I, ambos do RISTJ) permitem ao relator julgar monocraticamente recurso inadmissível, prejudicado, ou que não tiver impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida, não importando essa decisão em cerceamento de defesa ou violação ao princípio da colegialidade. II - A reavaliação da prova ou de dados explicitamente admitidos e delineados no decisório recorrido, quando suficientes para a solução da quaestio, não implica o vedado reexame do material de conhecimento. Os elementos probatórios delineados no v. acórdão increpado são suficientes à análise do pedido, exigindo, tão somente, a reavaliação da situação descrita, o que, ao contrário, admite-se na via extraordinária. Agravo regimental não provido. [...] segundo jurisprudência desta Corte, 'a palavra da vítima tem especial relevância para fundamentar a condenação pelo crime de ameaça, mormente porque se trata de violência doméstica ou familiar' [...].(AgRg no AREsp 1236017/ES, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 05/04/2018, DJe 11/04/2018)”¹¹

10 O testemunho difere, no direito penal, da declaração. No dizer de Nucci: “A testemunha tem o dever de dizer a verdade, porque compromissada, logo, sujeita às penas do crime de falso, que é a consequência jurídica do dever que assumiu. O declarante não possui o dever de narrar a verdade e está sendo ouvido por pura necessidade do juízo na busca da verdade real, embora não preste compromisso, como a lei assegura. O magistrado levará em consideração o seu depoimento com reserva, fazendo o possível para confrontá-lo com as demais provas dos autos.” (NUCCI, 2020, p. 1539)

11 Disponível em <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/781144501/stj-a-palavra-da-vitima-tem-especial-relevancia-em-crimes-praticados-em-ambiente-domestico-e-familiar>. Acesso em 19/12/2020, às 22h e 26min.

Da palavra da vítima, especialmente valorada, contudo, exsurge um outro obstáculo ao processo penal, enquanto ação de interesse público¹² e não apenas individual: é que a relação é, antes de tudo, afetiva e, como mencionado no capítulo introdutório, nem sempre as mulheres desejam a criminalização do seu agressor – este que pode, a depender do caso, continuar a ser o pai dos seus filhos e/ou convivente¹³¹⁴. Nem sempre desejam, mesmo, consciente ou inconscientemente, a separação fática do agressor – embora queiram proteção, segurança, uma certa vigilância que equilibre momentaneamente as relações de poder no relacionamento.

A autora Nobre (2008), discorrendo sobre a política de enfrentamento à violência contra a mulher, coloca que o ato da denúncia, que rompe o espaço privado em direção ao público, é feito muitas vezes “sem a pretensão de criminalizar seu autor, mas pretendendo que sobre ele recaia uma ‘punição moral’” (NOBRE in ESCOSSIA; CUNHA, 2008, p. 135). Essa pretensão faz com que muitas vezes, na experiência do dia a dia, vejam-se mulheres denunciando, mas ao mesmo tempo minimizando o ato violento. A esse fenômeno a autora Silveira chama de ambiguidade. Assim diz:

[...] e nas delegacias se tornam públicas não só a violência, mas também as dificuldades e ambigüidades das mulheres para romper uma relação conjugal violenta. Muitas mulheres que procuram a delegacia não necessariamente estão em busca da punição do agressor (e algumas vezes sequer têm o propósito de romper a relação). O que elas buscam é a intervenção de uma autoridade, para fazer cessar a violência, sentir-se mais seguras e legitimar seu sentimento de injustiça. As demandas em geral são confusas e contraditórias. Mesmo quando a mulher está decidida a formalizar a denúncia, muitas vezes retorna após alguns dias, na tentativa de retirá-la. (SILVEIRA, p. 14-15)

Granjeiro (2012, p. 90) igualmente coloca que “ao procurar a delegacia e o Poder Judiciário as mulheres vítimas de violência doméstica buscam um espaço de proteção e, talvez, de escuta/solução para seus problemas conjugais e familiares”.

12 Eis porque a ação é penal pública incondicionada. A ação penal pública incondicionada é aquela interposta pelo Ministério Público que independe da concordância do ofendido ou de qualquer outro órgão estatal (NUCCI, 2020, p. 781).

13 Ressalte-se que, na definição de violência doméstica está incluída não apenas a violência conjugal, mas aquela praticada por qualquer membro da família que resida com a vítima. (NOBRE, in ESCOSSIA; CUNHA, 2008, p. 134).

14 A presença da afetividade na relação faz com que seja desconfigurada a polaridade vítima x criminoso, no âmbito doméstico, pois não é como criminoso-inimigo que o agressor é percebido (NOBRE in ESCOSSIA; CUNHA, 2008, p. 146-147). Esse fato – a saber, a presença da afetividade – acarreta dificuldades operacionais no trabalho investigativo das delegacias, pois a relação prévia entre as partes polui, no dizer de Machado (2002, p. 10), o caso.

Em outra passagem, citando Brandão, expõe que “os interesses e direitos da mulher podem abarcar ‘uma variedade de questões relacionadas à conjugalidade, às relações de vizinhança, de trabalho, à convivência, entre gerações, à família, à moradia, etc.’ Ainda, elas “(...) demandam um juiz Hércules que as proteja de futuras agressões e que seja capaz de gerenciar os impasses domésticos” (BRANDÃO apud GRANJEIRO, 2012, p. 194).

Nas palavras de Pires (2011, p. 123) “as vítimas procuram a Justiça e a polícia para intervir na conflitualidade familiar, mas a pretensão da maioria delas com essa intervenção não é a condenação ou punição dos agressores, mas que tais instituições resolvam o conflito intrafamiliar travado com o homem ofensor.”

Em muitos casos, ademais, há a franca desistência do processo, que as mulheres tentam concretizar através da “retratação”¹⁵, do desinteresse processual, do não comparecimento, da mudança de endereço sem que possa ser encontrada (conforme se vê diariamente no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher em Aracaju). Pires elenca como motivos para o desinteresse, conforme pesquisas,

dependência emocional, vergonha, medo, receio de o ofensor recrudescer a violência e até assassiná-la, dependência econômica, depressão, passividade em razão do quadro reiterado de violência psicológica, demora da Justiça, crença na mudança de comportamento do ofensor, baixa autoestima, achar que vai ficar sozinha e não vai conseguir outro companheiro, receio de não conseguir sozinha prover às necessidades dos filhos, descrença na capacidade de a Justiça resolver o conflito etc. (PIRES, 2011, p. 123-124)

Resultado das demandas variadas das mulheres é que, diz Nobre, mencionando Silva (2001 apud NOBRE, 2008, p. 136), aquelas denúncias que almejavam “investigação do caso e punição do agressor, ocorriam numa percentagem em torno de 6% das queixas registradas e, na grande maioria dos casos, quando não havia vínculos afetivos entre a mulher e seu agressor”.

A ambiguidade, ademais, de acordo com Machado (2002), também estava na posição dos agentes policiais dos anos 80 e 90, os quais ficavam entre considerar a criminalização do autor ou enxergar a miríade de problemas sociais que atravessavam os casos e demandavam outros tipos de assistência¹⁶, o que levava ao grande

15 Retratação difere no direito penal de renúncia, esta exercida antes do oferecimento da representação (SILVA, 2019).

16 A autora apresenta os percentuais de encaminhamentos da época demonstrando que muitos casos não eram, pela razão mencionada, nem mesmo registrados (MACHADO, 2002, p. 11).

número de mediações ou de não registro dos casos. Essa questão, de considerar a criminalização ou prestigiar as demais providências¹⁷ reparadoras cabíveis, vê-se, persiste, ainda que de outras formas, até os dias atuais.

3.2 “NOVAS VELHAS” SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA

É certo que os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher passam a ter, como plano de fundo, variadas configurações a partir do ato de denúncia. Com esta, aquele equilíbrio precariamente mantido às custas da submissão ou de agressões recíprocas é perdido: passa a haver o olhar público para a relação (ou ao menos para o episódio que ensejou a denúncia), com intervenções que fogem aos meios já conhecidos pelo casal; muitas vezes a mulher é vista pelo agressor como “traidora” em virtude do ato da denúncia – “nunca pensei que ela fosse fazer isso comigo” é frase comum nas varas especializadas.

O fato é que, assim como algumas vítimas não desejam o menor contato com o homem, nem mesmo durante a audiência, outras já se apresentam em juízo com a relação retomada, e outras ainda percorrem os trâmites, paralelamente, de outras causas relacionadas à separação/divórcio. Lidam, pois, com questões como divórcio, meação, definição de guarda dos filhos, reconhecimento de paternidade, uso temporário dos bens por uma parte em detrimento da outra, partilha patrimonial de um negócio em comum etc.

A maioria dessas questões são decididas em outras Varas, possivelmente especializadas¹⁸, e, por vezes, demoram substancialmente a terem decisão proferida. Muitas das questões em pauta quando ocorre a separação do casal podem ser, de fato, provisoriamente decididas no juízo criminal (Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher). Assim dispõe a lei.

Art. 13. Ao processo, ao julgamento e à execução das causas cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher aplicar-se-ão as normas dos Códigos de Processo Penal e Processo Civil e da legislação específica relativa à criança, ao adolescente e ao idoso que não conflitam com o estabelecido nesta Lei.

Art. 14. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados,

¹⁷ Que podem ser assistenciais, reeducativas, de acompanhamento, de tratamento etc.

¹⁸ Vara de Família, geralmente.

para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Parágrafo único. Os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

Art. 14-A. A ofendida tem a opção de propor ação de divórcio ou de dissolução de união estável no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. (Incluído pela Lei nº 13.894, de 2019)

§ 1º Exclui-se da competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a pretensão relacionada à partilha de bens. (Incluído pela Lei nº 13.894, de 2019)

§ 2º Iniciada a situação de violência doméstica e familiar após o ajuizamento da ação de divórcio ou de dissolução de união estável, a ação terá preferência no juízo onde estiver.

Entretanto, no próprio diploma normativo acima é possível ver que a partilha de bens não será efetivamente realizada pelo juízo criminal, assim como a ação de divórcio ou de dissolução de união estável já iniciada em outro juízo ou a ação de regulamentação de guarda dos filhos e/ou visitação. Cunha e Pinto (2014, p. 181-182) citam diretamente julgados acerca de casos cíveis atrelados à questão da violência doméstica. No julgado do TJMG, relator Ant nio Sérvulo, DO 22.01.2008 está que

(...) No tocante à a o principal que não é de natureza penal, não me parece acertada a incidência da competência de julgamento especial prescrita pelo art. 33 da Lei 11.340/2006, visto que os desdobramentos cíveis eventualmente relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher que devem ser julgados por vara criminal são os relacionados, estritamente,   vítima das agressões, não se estendendo aos filhos das vítimas, sob pena de prejuízo para os mesmos que são privados da especialidade de competência das varas especializadas, no caso, de família. Conheceram do conflito e fixaram a competência do Juízo suscitado para julgamento da a o principal e do Juízo suscitante para a a o cautelar. (TJMG, Ccomp 1.0000.07.461250-8/000, j. 04.12.2007, rel. Ant nio Sérvulo, DO 22.01.2008).

Além disso, foram fomentadas pelos estudiosos controvérsias acerca da cumula o de matéria cível no juízo criminal, havendo inclusive afirma o sobre a inconstitucionalidade, no Encontro de Juízes dos Juizados Especiais Criminais e de Turmas Recursais do Estado do Rio de Janeiro, pois a acumula o, matéria de organiza o judiciária, feriria a separa o dos poderes, invadindo a seara do Poder Legislativo (CUNHA; PINTO, 2014).

A expectativa dos autores Cunha e Pinto, em 2014, era de que tal impasse fosse resolvido com a implanta o de diversos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – o que não aconteceu até 2019, pois ainda perduravam controvérsias sobre a competência cível dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Autores defendiam a competência do Juizado apenas no to-

cante às medidas protetivas, nos demais aspectos prevalecendo as regras de organização judiciária, sendo reservadas as demais matérias às Varas de Família.

Em 2019, com a Lei 13.894/2019, no CPC passou a ser prevista a competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher para divórcio, separação, anulação de casamento ou de dissolução de união estável, o que ainda não solucionou a questão. No sentir de Dias (2020), tal iniciativa é inexecutável, ante a impossibilidade de os magistrados da violência doméstica acompanharem a dinâmica do Direito de Família(s).

Dessa forma, vê-se cotidianamente ex-casais que, a despeito da separação de corpos, ainda enfrentam diversos outros processos relacionados à separação, distribuídos em outras varas pela cidade. E o que muitas vezes se vislumbra (e que mereceria um tratamento quantitativo direcionado para tanto) é que, enquanto fervilham as pendências cíveis, podem permanecer também os conflitos e atos de agressão ensejadores do processo criminal. Não raras vezes, durante o curso do processo cível, aparecem novos Boletins de Ocorrência, que são encaminhados ao Juízo dedicado à violência doméstica e têm ligação com o que foi ouvido na audiência cível, ou que são resultado da elevação dos ânimos nesse âmbito.

Por conta desse efeito reflexo entre as esferas cível e criminal, sobretudo nos casos que tratam de relações afetivas (ex-casais, filhos), é que as mulheres demonstram sentirem-se protegidas se, durante a resolução da questão cível, puderem contar com a assistência e com as medidas protetivas decretadas no Juizado Criminal. Muitas vezes essa reverberação do processo cível “prejudica”, por assim dizer, toda a apuração criminal, é verdade, contaminando¹⁹ o processo criminal com outros interesses.

Por outro lado, também é verdade a complexidade inerente aos casos e, se o casal enfrentava dificuldades de comunicação e de resolução das dissonâncias quando unidos, é provável que não seja no momento da separação – momento de muitas perdas e prejuízos – que a harmonização aconteça. Assim é que a resolução cível, em outra vara ou no Juizado de Violência Doméstica, enquanto não acontece, é fonte potencial de “novos velhos” conflitos, o que leva as mulheres a continuarem contando buscando o Juízo Criminal e com a Lei 11.340/2006. Assim se dá nas

¹⁹ MACHADO, 2002.

ações de guarda, revisional de alimentos, partilha, entre outros assuntos que reque-rem tratamento especializado.

A Lei 11.340/2006, no entanto, não dispõe de nenhum recurso específico para tais situações, que não o comando geral disposto no art. 4º: “Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.” Dessa forma, ficou a cargo dos juízes a criatividade na busca da melhor saída, tal qual acontecia com a suspensão do processo mencionada por Granjeiro (2012, p. 134-135), autora que acreditava que a suspensão continuaria a acontecer mesmo após a decisão do STF em 09.02.2012, a qual versa sobre a característica de ação penal pública incondicionada dos casos relacionados à Lei Maria da Penha.

Ocorreu que em 2017, no REsp 2944877-03.2013.8.13.0024 MG 2017/0052078-8, o STJ declarou a autonomia das Medidas Protetivas, as quais “protegem pessoas e não processos”, não são dependentes da existência de outro processo e perduram enquanto continuar a situação que enseje proteção à mulher. Em que pese esse entendimento, Amaral, em 2018, ainda nota a permanência da controvérsia e entende carecer de melhor regulamentação.

De mais a mais, se o processo que apura violência doméstica e familiar é extinto mas continuam a vigor as medidas protetivas de urgência, fica patente o descompasso, no mínimo temporal, entre as decisões cível e criminal na dinâmica da vida das mulheres.

3.3 OS CASOS DE VIOLÊNCIA RECÍPROCA

A autora Granjeiro (2012) no seu livro “Agressão Conjugal Mútua: Justiça Restaurativa e Lei Maria da Penha” trata da relação entre a Lei Maria da Penha e os casos que envolvem, mais do que a dicotomia agressor-vítima, a agressão recíproca²⁰ entre os pares. Assim, existiriam no campo da violência doméstica as relações em que as mulheres são vitimizadas – que correspondem à maioria, segundo Fernandes (2013) – e as relações em que existem condutas violentas de ambas as partes, apesar da provável desvantagem para a mulher (GRANJEIRO, 2012).

20 Alguns autores, mencionando Foucault, diferenciam agressão de violência e trabalham as relações como relações de poder.

Percorrendo o tema, Granjeiro (2012) disserta sobre a complexidade da relação afetiva, na qual o todo é diferente da soma das partes – citando Bertalanffy, ela coloca que “é impossível descrever o sistema analisando tão somente as características específicas de seus componentes individuais” (BERTALANFFY, 1968 apud GRANJEIRO, 2012, p. 19-20). Dessa maneira, a autora assume o enfoque sistêmico, no qual os episódios de agressão são inafastáveis do contexto. O contexto é construído dinamicamente pelos pares em interação ao correr do tempo e, dessa maneira, “o comportamento de *p* na relação *R* é diferente de seu comportamento em outra relação *R*” (ESTEVES DE VASCONCELLOS, 2002 apud GRANJEIRO, 2012, p. 20).

Em igual sentido, Falcke [et al.] (2009) chama a atenção para a violência interacional, dinâmica, um fenômeno relacional que afeta o casal. Somadas às concepções de gênero, então, existem as dificuldades de comunicação do par e a violência social, o que faz com que se ultrapasse a dicotomia homem agressor – mulher vítima.

Para muitos casos, portanto, Granjeiro defende a aplicação dos métodos reparadores, através dos quais as partes possam assumir a responsabilidade pelo problema, o que seria mais significativo e ressocializante que a aplicação de uma pena (GRANJEIRO, 2012). Entre esses casos estão os menos graves e aqueles que envolvem a agressão recíproca. Não se deve, com esse entendimento, desconsiderar os casos em que as mulheres são efetivamente vitimizadas no seu dia a dia, de forma sistêmica, habitual e, por vezes, até planejada. Assim, a autora cita passagem de Rodrigues, que diz:

“(...) existem agentes de tal maneira perigosos que cometem crimes de tal modo graves que a defesa da sociedade e a proteção individual dos vários membros que a compõem não pode ainda, neste contexto espaço-temporal, prescindir da mais grave de todas as sanções, a pena privativa de liberdade.” (RODRIGUES, 2008 apud GRANJEIRO, 2012, p. 37)

Continuando, então, talvez seja nos casos considerados menos graves que o judiciário cotidianamente possa encontrar seus maiores impasses pois, mesmo considerando-se as questões de gênero que atravessam a composição dos casais – e que merecem mudança –, existe, de toda sorte, a complexidade estampada em cada relação e que leva a repensar a “postura dualista ‘homem-algoz versus mulher-vítima’”. Essa postura tende a focalizar apenas e isoladamente a oposição entre os

sexos, e não o que os une” (MACHADO; MAGALHÃES, 1999 apud GRANJEIRO, 2012, p. 53).

Esses impasses geraram, por um bom tempo, decisões diferentes. Por exemplo, o STJ²¹ admitindo a suspensão condicional do processo e o acompanhamento psicossocial do casal nos casos afetos à Lei 11.340/2006; e o STF²² entendendo, com lastro na Lei 11.340/2006, pela impossibilidade de benefícios aos agressores (GRANJEIRO, 2012) – posições diferentes que foram cessadas em 2012, com decisão do STF declarando a ação penal referente à Lei 11.340/2006 como pública incondicionada combinada com a inaplicabilidade da Lei 9.099/95, sobretudo no tocante aos benefícios ao réu em tais casos, ou seja, primando pela punição dos agressores independentemente de outros meios de responsabilização e proteção da mulher.

Para os mais atentos, no entanto, a questão permanece, sobretudo se lembradas as misérias do Direito Penal, fazendo uma analogia com a expressão de Carnelutti (2009).

3.4 AS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES

No trecho do seu livro em que descreve a atuação voltada para a violência doméstica e familiar contra a mulher no TJDF²³, Granjeiro (2012) explana acerca da formação, consoante a Lei 11.340/2006, das equipes multidisciplinares nos Juizados. Diz a Lei no Título V

DA EQUIPE DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR

Art. 29. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

Art. 30. Compete à equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes.

²¹ Superior Tribunal de Justiça.

²² Supremo Tribunal Federal.

²³ Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 31. Quando a complexidade do caso exigir avaliação mais aprofundada, o juiz poderá determinar a manifestação de profissional especializado, mediante a indicação da equipe de atendimento multidisciplinar.

Art. 32. O Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, poderá prever recursos para a criação e manutenção da equipe de atendimento multidisciplinar, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A presença dessas equipes promove uma maior interdisciplinaridade – a qual, ainda incipiente, esbarra na organização hierarquizada do Poder Judiciário –, e possibilita que os casos concretos sejam vistos de maneira menos simplista, mais relacional. Os profissionais das equipes multidisciplinares, geralmente assistentes sociais e psicólogos, podem apresentar laudos ou relatórios, participar de audiências, orientar, fazer encaminhamentos ao agressor, à vítima e a familiares (GRANJEIRO, 2012).

Uma outra possibilidade de atuação da equipe no TJDF, pelo menos até 2012, ano de publicação do livro de Granjeiro, era o acompanhamento psicossocial. Como alguns encaminhamentos dados ao caso, entendido em sua complexidade, demandavam um lapso de tempo para a concretização, o processo era suspenso pelo juiz até uma reavaliação, ao fim do período estipulado para as medidas determinadas. Isso acontecia, por exemplo, quando encaminhado o homem para o tratamento contra o alcoolismo; ou quando encaminhado o casal para atendimento psicoterapêutico, visando a uma melhor resolução dos conflitos e não reincidência.

Ao final desse período de tempo, haveria o arquivamento ou a continuação do processo (GRANJEIRO, 2012). Todavia, e a autora faz essa importante pontuação, a suspensão não possuía previsão legal, embora existissem decisões do STJ favoráveis – panorama que foi alterado após decisão de 2012 do STF dispor que a ação penal nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher passou a ser considerada pública incondicionada e inaplicável a Lei 9.099/95.

Hodiernamente, o lapso de tempo para frequência nos acompanhamentos psicossociais, grupos de reeducação e reparação continua a incomodar, sobretudo porque, como a maioria das condenações resultam em penas pequenas (PIRES, 2011), o acompanhamento pode resultar mais prolongado que a própria pena, o que enseja irresignação e não cumprimento.

3.5 O ENCAMINHAMENTO A SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO PREVISTO NA LEI 11.340/2006

A Lei Maria da Penha foi expressa em dispor sobre a possibilidade de encaminhamento das partes a serviços assistenciais, de recuperação e de reeducação. Quanto à mulher vítima, previu a criação de centros de atendimento integral e multidisciplinar; a criação de casas-abrigos para a mulher e seus dependentes; a criação de delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados (art. 35, Lei 11.340/2006).

Já com relação ao acusado, previu no art. 35, inciso V, a criação pela União, pelos Estados e Municípios de centros de educação e de reabilitação para os agressores e no art. 22, que trata das medidas protetivas, o comparecimento a programas de recuperação e reeducação; e o acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio (estas duas últimas medidas incluídas pela Lei 13.984/2020).

Na cidade de Aracaju, cabe dizer, até o ano de 2020 eram feitos habitualmente encaminhamentos dos acusados aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), sobretudo para tratamento relacionado ao uso de álcool e outras substâncias; encaminhamentos a grupos reflexivos oferecidos pela Faculdade de Sergipe (FASE – Estácio), produto de convênio da instituição de ensino com o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe; encaminhamentos a acompanhamento psicoterápico individual ofertado pela Faculdade Pio X, também produto de parceria com a faculdade ; e ainda encaminhamentos a serviço terapêutico de casal. São feitos também, embora em menor quantidade, encaminhamentos a outros serviços oferecidos gratuitamente à população – exceto quando a parte dispõe de melhor condição econômica e afirma já realizar acompanhamento com algum profissional especializado.

Os encaminhamentos demandam um certo transcurso de tempo, desde a inscrição do acusado no serviço até a sua conclusão, passando por sessões ou atividades semanais/quinzenais/mensais, para que seja verificado o cumprimento ou não da medida. Impossível é, destarte, imaginar o efeito de qualquer iniciativa no âmbito da saúde ou da reeducação instantaneamente, sem a verificação do engajamento do usuário e sem o comparecimento regular.

A previsão de tais encaminhamentos expressamente na Lei demonstra, como destaca Pires (2011) ao longo de todo o seu texto, a opção por uma política criminal

extrapenal na Lei. A tônica é, seguindo este entendimento, oferecer efetiva proteção às mulheres nos variados aspectos da sua existência afetados pela violência doméstica incluindo, para tanto, a possibilidade de mudança comportamental do agressor.

Ressalte-se aqui a importância desta aposta na possibilidade de mudança comportamental, já que uma porcentagem das mulheres, por vários motivos, retoma a convivência com os acusados e, se a convivência é retomada, ainda que seja cumprida uma pena importa a melhor conduta do agressor, o que de fato poderá favorecer a preservação da integridade da mulher e de seus demais direitos no lar. Ost (2005), faz uma diferenciação entre o efeito retroativo de um julgamento, este voltado para a condenação do passado e o efeito retrospectivo, que se baseia no ato praticado mas pode “extrair para o futuro novas consequências de um comportamento passado” (OST, 2005, p. 179).

Não se trata, frise-se, de buscar a reconciliação e a manutenção da relação afetiva com base no argumento da “preservação da unidade familiar”, erro já cometido anteriormente nos âmbitos policial e judicial, mas de proteger a mulher que, por si, retomou a relação afetiva e revelou essa contingência em juízo.

O favorecimento da mudança comportamental através de dispositivos não centrados na pena, além disso, pode contribuir para a “modificação de crenças, valores e práticas, consolidadas no âmbito da cultura e das sociabilidades, que produzem e reproduzem a violência nas relações de gênero como fato naturalizado e banal...” (NOBRE²⁴ in ESCÓSSIA e CUNHA, 2008, p. 145).

Em consonância com a norma positivada na Lei 11.340/2006 estão diversos enunciados²⁵ da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Famili-

24 A autora Nobre, em seu artigo de 2008, defendia a utilização de outras medidas e das mediações como uma possibilidade de negociação e de atendimento das demandas das mulheres, as quais muitas vezes não desejam a criminalização do agressor, ao invés do recrudescimento das penas.

25 Estão disponíveis no *site* da COPEVID os seguintes enunciados acerca da reeducação do agressor:

Enunciado nº 09 (002/2012):

Em sede de medidas de proteção é possível o encaminhamento e a inclusão do agressor usuário dependente de drogas lícitas ou ilícitas em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento. (Aprovado na Plenária da I Reunião Ordinária do GNDH de 28/03/2012 e pelo Colegiado do CNPG de 31/05 e 01/06/2012).

Enunciado nº 19 (001/2015):

Os programas de reeducação do agressor, a exemplo dos grupos reflexivos e centros de educação e reabilitação, fazem parte das políticas integradas de proteção às mulheres. (Aprovado na Plenária da I Reunião Ordinária do GNDH de 04 a 06/03/2015 e pelo Colegiado do CNPG em 23/03/2015).

Enunciado nº 20 (002/2015):

ar contra a Mulher (COPEVID) a orientar os Promotores de Justiça na aplicação da Lei.

3.6 OS RELACIONAMENTOS QUE SÃO RETOMADOS

Quadro semelhante ao das mulheres que solicitam a retratação²⁶ é aquele das mulheres que retomam o relacionamento com acusado, muitas vezes enquanto ainda vigem medidas protetivas.

Marques elenca como motivos alegados por mulheres para manter relações abusivas

amor pelo parceiro, esperança de que ele mude, cuidado com os filhos, questões econômicas, valores sociais (não querer ser mãe solteira), medo da violência e compaixão para com o parceiro. A figura da mulher heroína/sofredora imperou em relação à da mulher infeliz, prevalecendo o sacrifício pelo bem-estar dos filhos e pelo bem maior que a instituição familiar representa (MARQUES, 2005 apud FALCKE [et al.], 2009, p. 86).

Outro motivo, citado por Brandão (2006 apud FALCKE, 2009, p. 87), é a reavaliação da situação de conflito pela vítima, considerando a “própria participação no conflito, quando a vítima assume parcela da responsabilidade pelo ocorrido.”

Se é certo que não devemos generalizar e desproteger, revitimizando-as, as mulheres que precisam necessariamente do afastamento do agressor ou aquelas mulheres que revigoram a relação por medo, coação ou necessidade subjetiva de elaborar sua condição, também não podemos ignorar os casos em que as mulheres apresentam-se para os atos processuais já acompanhadas do acusado. Além disso, não se quer dizer que, por conta da retomada da relação, o autor seja desresponsa-

Dentre outras medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor previstas no artigo 22 da Lei Maria da Penha, é possível a determinação de comparecimento obrigatório a programas de reeducação ou grupos reflexivos. (Aprovado na Plenária da I Reunião Ordinária do GNDH de 04 a 06/03/2015 e pelo Colegiado do CNPG em 23/03/2015).

Enunciado nº 44 (05/2017):

Nos casos de violência prevista no artigo 7º da Lei Maria da Penha, sem correspondente de tipicidade criminal, mesmo havendo arquivamento ou sentença com trânsito em julgado, é possível a concessão ou manutenção de Medida Protetiva de Urgência, independentemente de ação penal atual ou potencial, a perdurar pelo período de tempo necessário à proteção efetiva da mulher. (Aprovada na II Reunião Ordinária do GNDH, em 04 a 06/09/2017).

26 Importante dizer que, apesar de a ação ser pública incondicionada ou condicionada apenas até o recebimento da denúncia pelo juiz, as mulheres frequentemente dirigem-se, espontaneamente ou por influência do acusado, ao Fórum para certificar seu interesse na “retratação”.

bilizado ou que a sua conduta violenta seja descaracterizada enquanto punível e indesejada socialmente.

O que ocorre é que esses casos permeiam de questões aqueles que os acompanham, por diferentes motivos. Um deles é que a decisão venha a prejudicar mais ainda a mulher que, a despeito de necessitar de proteção (continuar precisando até que o ciclo de violência seja rompido), já não se beneficia da possível pena de prisão imposta ao acusado²⁷

Uma análise importante nesse contexto é que, levando em consideração o ciclo da violência doméstica consistente na tríade tensão – explosão – apaziguamento ou lua de mel, a retomada da relação se dá na fase de “lua-de-mel”²⁸. Assim, num primeiro momento, não há indício de que o ciclo violento não irá recomeçar, para o que seria necessário o correr do tempo. O raciocínio é que, embora esteja novamente no relacionamento abusivo, a vítima continua a ensinar proteção, sobretudo do Poder Executivo mas, sob outro aspecto, do Poder Judiciário.

Nesse sentido, compreendem-se os entendimentos de que a retomada da relação não tem o condão de extinguir o processo, uma vez que reiniciar um ciclo doentio é parte inerente da sujeição na relação intrafamiliar. Ademais, desconsiderar o ato criminoso seria banalizar toda a atuação judicial e do legislador, desprestigiando mesmo a mulher e expondo-a a novas vitimizações.

No senso comum, a tradução para o desprestígio comunitário que atinge a mulher que reata com o agressor é “se ela gosta de apanhar, não vale a pena se meter”, posição que eticamente não pode ser a adotada pelo equipamento estatal que contém o monopólio do poder de punir e está interessado na isonomia entre homens e mulheres, mediante uma legislação especial de caráter protetivo, assistencial, preventivo, educativo, retributivo.

Considerando esse quadro, o acompanhamento do casal, seja por serviço alheio ao poder judiciário a quem seja endereçado encaminhamento, seja pelas equipes integrantes do quadro do Poder Judiciário, mostra-se salutar. Por meio de um certo prazo (tempo) de acompanhamento, é possível, minimamente, vislumbrar

27 Mello e Medeiros (2014) advogam pelo endurecimento penal ocorrido com a lei Maria da Penha, enquanto se verifica a falência do sistema punitivo em seus resultados e a retomada, nos casos de violência doméstica, dos modelos de “tolerância zero”, da “teoria das janelas quebradas” (aspas das autoras).

28 Falcke [et al.] coloca que na fase de lua de mel ocorre a reestruturação do relacionamento, com o arrependimento, a promessa de que não acontecerá novamente, o desejo de mudança, a esperança; a expressão fase de lua-de-mel é de Walker (1999).

indícios de reinício do ciclo de violência ou, na melhor das hipóteses, de desenvolvimento da relação em outras bases, sem que se desconsidere o ato criminoso que pode estar ainda a aguardar a decisão.

No entanto, da maneira como o processo penal desenvolve-se, o acompanhamento fica dificultado²⁹, sobretudo quando esse prazo concedido é confundido com o instituto despenalizador *sursis*.

3.7 VEDAÇÃO AO *SURSIS*

O *sursis* processual, instituto previsto no artigo 85 da Lei 9.099/1995, possibilita que o réu primário e sem antecedentes, caso cumpridos alguns requisitos, não seja julgado, o processo seja extinto e não conste em certidão judicial. É um instituto despenalizador que, no conjunto da legislação atinente aos Juizados Especiais Criminais, está consoante com os princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual, celeridade e busca da conciliação ou transação, todos previstos no art. 2º da Lei.

Com a aplicação do *sursis*, o acusado fica sujeito ao cumprimento de obrigações durante um período denominado “período de prova”, enquanto o julgamento fica pendente. Caso as determinações não sejam cumpridas, o processo tem o seu curso retomado.

Até o ano de 2006 os procedimentos aplicáveis nos JECRIM's eram também realizados nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. A partir da publicação da Lei 11.340/2006, artigo 41, ficou vedada a aplicação da Lei 9.099/1995. A vedação correspondeu a anseios de movimentos que solicitavam o maior rigor no tratamento dos crimes relacionados à violência doméstica, que vinham sendo banalizados, ao tempo em que as estatísticas revelavam um quadro problemático.

Piovesan, no mesmo sentido, considerava que a aplicação dos institutos despenalizadores simplesmente “devolvia” (palavra da autora) o problema ao domínio privado (PIOVESAN [s.d.] apud CUNHA; PINTO, 2014, p. 195). Streck (2003 apud CUNHA; PINTO, 2014) chamava de neoliberalismo no Direito, algo como uma permissão para agredir.

29 Súmula 536 do STJ e entendimento do STF pela constitucionalidade do art. 41 da lei 11.340/2006.

Contrariamente, a proibição também despertou opiniões quanto à inconstitucionalidade do artigo 41, pois a CF/88 prevê a criação dos Juizados Especiais Criminais voltados às infrações penais de menor potencial ofensivo (art. 98, I, CF/88), independentemente de o sujeito passivo ser homem ou mulher (MOREIRA, 2007 apud CUNHA; PINTO, 2014).

Rendeu ainda críticas por resultar na impossibilidade de se optar por instrumentos despenalizadores, ligados à Justiça Social, que possibilitem a construção da solução pelas partes. Outras opiniões também lembraram a falência da pena de prisão; a seletividade do sistema penal, ineficiente, mas sempre capaz de segregar grupos já em tudo desfavorecidos; e a opção primeira pelo sistema penal, que deveria ser *ultima ratio*.

A socióloga Lemgruber (2001 apud CUNHA; PINTO, 2014), a respeito do endurecimento de leis em relação à causa feminina, considerava que

“em alguns países, legislações muito rígidas desestimulam as mulheres agredidas a denunciarem seus agressores e registrarem suas queixas. Sempre que o companheiro ou esposo é o único provedor da família, o medo de sua prisão e condenação a uma pena privativa de liberdade acaba por contribuir para a impunidade. Em alguns países existem formas criativas e alternativas de punir homens perpetradores de violência doméstica e familiar contra mulheres, sobretudo se não forem reincidentes (...) É urgente que se amplie o conhecimento das experiências alternativas à imposição de penas de prisão nesta área, pois já existe evidência de que, em vários casos, o encarceramento de homens pode aumentar, ao invés de diminuir, os níveis de violência contra a mulher...” (LEMGRUBER, 2001 apud CUNHA; PINTO, 2014, p. 196-197).

A posição da autora é que o recrudescimento das penas no tocante à violência doméstica é contraproducente, pois além de não satisfazer o interesse das vítimas ainda, paradoxalmente, é uma política criminal que incrementa os níveis de violência, não sendo a pena de prisão apta a ressocializar. Posicionamento parecido pôde ser visto, já em 2012, no voto do ministro Cezar Peluso, único votante a considerar, no julgamento de 09/02/2012, a circunstância do casal que já fez as pazes e é surpreendido, tempos depois, pela condenação.

Ideia contrária, por sua vez, é a de Pires (2011), o qual, apesar de sublinhar o caráter extrapenal da lei e a importância de outros recursos trazidos pelo diploma normativo, considera que não há, na prática, esse alardeado endurecimento penal nos casos de violência doméstica, pois a maioria dos condenados cumpre penas pequenas em regime inicial aberto.

Insta dizer que, pelo menos até 2012, havia entendimento do STJ em favor do deferimento da pena consistente em penas restritivas de direitos em vez da privativa de liberdade.

3.8 DIREITOS DA MULHER E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DO ACUSADO

Como colocado alhures, a Lei 11.340/2006 possui um amplo escopo, procurando assistir e proteger as mulheres vítimas de violência doméstica em diversas necessidades existenciais, como a integridade física e psicológica, a manutenção do trabalho, a necessidade de alimentos. Nos seus artigos 3º e 4º o diploma normativo dispõe que

serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

A amplitude da referida lei justifica-se, como ação afirmativa, pela necessidade de correção cultural, legal e histórica ante as situações de franca desigualdade, das mulheres em relação aos homens, na vida social e familiar.

Contudo, é preciso que se diga, a proteção à mulher não pode ter o condão de fazer olvidar as garantias fundamentais, presentes na constituição, atinentes a qualquer pessoa e, especialmente, aos acusados. Tal descon sideração a garantias fundamentais consistiria em violação de todo o ordenamento penal brasileiro em sua principiologia.

No dizer de Bitencourt (2020), os limites impostos ao Direito Penal são as próprias garantias fundamentais perante o *ius puniendi*, tendo como fundamento final a dignidade da pessoa humana e ancorado nos princípios da legalidade, da intervenção mínima, da fragmentariedade, da irretroarividade, da adequação social, da insignificância, da ofensividade, da culpabilidade, da proporcionalidade, da humanidade, da presunção de inocência e da proibição ao retrocesso.

Quanto ao princípio da legalidade, inclui-se o imperativo de evitarem-se as leis imprecisas, vagas e indeterminadas, sendo necessária a correta tipificação das

condutas proibidas. O autor chega a mencionar a presença de cláusulas gerais, as quais não devem ser utilizadas em excesso, mas usadas moderadamente possibilitam a abertura à dinamicidade (temporalidade) da vida social.

Corresponder ao sistema de garantias presentes no ordenamento jurídico (verdadeira legitimação do sistema penal democrático) consiste, de acordo com os autores que tratam do momento pós-liberalismo, não apenas em seguir literalmente o disposto na lei, mas tê-lo como pano de fundo presente nas ações do estado. Assim Pires e Sposato (2019)³⁰, citando o italiano Ferrajoli, expõem que

Para Ferrajoli, a adoção de um sistema de garantias real implica na sujeição do juiz à lei, mas não de acordo com o paradigma positivista, em que a lei se identifica com seu texto, mas com uma concepção garantista, em que a validade “ya no es un dogma asociado a la mera existencia formal de la ley, sino una cualidad contingente de la misma ligada a la coherencia de sus significados con la Constitución”. (PIRES; SPOSATO, 2019, p. 82)

No mesmo sentido, conforme Dias (apud SILVA, 2019, p. 1), vanguardista estudiosa do tema da violência doméstica, “no âmbito do Direito Penal vigoram os princípios da taxatividade e da legalidade, sede em que não se admitem conceitos vagos”.

Acrescente-se que enquanto a Lei privilegia inúmeras formas de proteção à mulher que implicam também atenção ao acusado (encaminhamento para reabilitação, reeducação) mantém-se a consequência retributiva, que é a pena, para alguns estudiosos até recrudescidas. Essa é a posição de Mello e Medeiros (2014), que lembram a incidência da agravante genérica nos crimes cometidos com violência doméstica contra a mulher.

O resultado, para as autoras, é a grande taxa de encarceramento³¹ relacionada à violência doméstica, referente a crimes de menor potencial ofensivo, o que leva, no ambiente malsucedido da prisão, à violação de inúmeras outras garantias do acusado. Entre as consequências, para Mello e Medeiros, estão a revitimização indireta da própria ofendida, a dessocialização (oposta à prometida ressocialização)

30 O artigo da autora, publicado na Revista de Teorias do Direito e Realismo Jurídico, aborda o fenômeno do decisionismo e o livre convencimento dos juízes no tocante ao sistema de garantias processuais.

31 Mello e Medeiros, através de pesquisa realizada por 3 anos na cidade de Recife, apontam um encarceramento na ordem de 2% relacionado aos crimes de violência doméstica e familiar. Embora pareça um percentual pequeno, dizem, esse número ultrapassa diversos outros quantitativos tipicamente relacionados à esfera penal como latrocínio, estelionato, formação de quadrilha, extorção etc.

do prisioneiro e, segundo Andrade (1997 apud MELLO; MEDEIROS, 2014), o aumento da reincidência.

Afinal, para Mello e Medeiros, a despeito da falência do sistema penal, o qual atua seletivamente, ele continua sendo o recurso eleito, muitas vezes por obra da sua função simbólica, em detrimento de outras soluções que rompam com o ciclo de violência.

Pires (2011), por sua vez, não entende que a Lei 11.340/2006 implicou o endurecimento da pena³² e considera que nessa lei a função simbólica assume, devidamente, outra importância, pois indica o caminho a ser seguido socialmente. No entanto, também corrobora a ideia de que a proteção e o empoderamento da mulher são alcançados através de medidas não-penais presentes na Lei, esta alicerçada numa política prioritariamente extrapenal – uma das demonstrações mais recentes sobre a importância, para o legislador, das medidas extrapenais foi a inclusão, em 2020, pela Lei 13.984, de incisos sobre programas de recuperação e reeducação e acompanhamento psicossocial do agressor como medidas protetivas de urgência.

Alertando acerca da utilização do direito penal com função meramente simbólica nos casos de feminicídio, Fontes e Thomasi sublinham o caráter de *ultima ratio* do direito penal, a que se deve recorrer quando os instrumentos anteriores são insuficientes. A despeito de também possuir uma faceta simbólica, esta não deve ser a tônica do direito penal, o qual deve ter função “instrumental” (FONTES e THOMASI, 2018, p. 241), efetiva.

Quando apenas simbólica, a norma penal funcionaria somente para apaziguar os ânimos sociais, visando a fins políticos, sem justificativa e efetividade que a legitimem. Citando a criminologia de Baratta, as mesmas autoras colocam que “não basta, portanto, haver provado a idoneidade da resposta penal; requer-se, também, demonstrar que essa não é substituível por outros modos de intervenção de menor custo social” (BARATTA, 1987 apud FONTES E THOMASI, 2018, p. 237). A norma simbólica seria, portanto, uma desvirtuação dos institutos penais.

Na mesma direção, Costa (2010) explana que a criminalização, demandada por um sociedade do espetáculo que alardeia solução no direito penal, conduz à repressão e ao uso simbólico do direito penal, este já em crise.

32 Pires (2011, p. 145) enuncia que a maioria dos condenados recebem penas que não ultrapassam 5 meses de detenção em regime inicial aberto.

Repise-se que o uso indevido do direito penal, este já dotado de tantos efeitos colaterais, fere a principiologia do ordenamento jurídico na esfera criminal, ofendendo a fragmentariedade – o Direito Penal deve ocupar-se apenas os atos que lesionam ou ameaçam gravemente os bens jurídicos mais importantes, do que decorre o seu caráter fragmentário, corolário da reserva legal e outros princípios igualmente caros (BITENCOURT, 2020) – e a intervenção penal mínima, ou mesmo a dignidade da pessoa humana.

4 AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA E O PROCESSO PENAL

As Medidas Protetivas de Urgência, previstas na Lei, são aquelas providências tomadas a pedido da parte e visam à proteção imediata da ofendida (CUNHA; PINTO, 2014); podem ser revistas ou revogadas a qualquer momento de ofício e podem consistir em: prisão preventiva, especialmente quando outras medidas não surtiram efeito; suspensão ou restrição do porte de armas; afastamento do lar; proibição de determinadas condutas (principalmente aproximação com a ofendida e seus familiares); restrição ou suspensão visitas aos filhos menores e prestação de alimentos provisionais³³.

Quanto à sua natureza, as medidas protetivas ensejaram, ao longo dos anos, grande discussão. Alguns autores consideram, entre outros atributos, que possuem conteúdo satisfativo, devendo ser concedidas em procedimento simplificado (DIDIER, 2008) quando presentes o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*³⁴, precavendo a parte do perecimento do seu direito. Como implicam em restrição de direitos, devem passar por um juízo de ponderação (CAVALCANTE, 2014).

Didier Jr. e Oliveira (2008) afirmam que as chamadas Medidas Protetivas de Urgência funcionavam como as antigas medidas provisionais, porém com algumas adaptações. Eram medidas provisionais até o Novo Código de Processo Civil de 2015 aquelas que atendiam ao caráter de urgência comum nas varas de família, não sendo nem cautelares, nem provisórias.

Fernandes (2013, p. 169-171), após discorrer sobre o assunto, conclui que as medidas protetivas têm natureza de cautelares, pois “destinam-se a assegurar a ação penal; não têm caráter satisfativo ou antecipatório, pois a causa em julgamento é criminal; ostentam a mesma natureza das medidas cautelares alternativas à prisão previstas no Código de Processo Penal.” Mencionando Fanin (2009), coloca acerca da diferença entre as medidas cautelares e os processos cautelares, estes dotados

33 A obrigação alimentar pode ser destinada aos filhos e/ou à mulher, sobretudo quando dependente economicamente. Dispõe o Art. 1695 do Código Civil: “São devidos alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento.”

34 Perigo da demora e Fumaça do bom direito.

de autonomia. Ademais, importante dizer, as medidas podem ser a qualquer tempo revistas e a cautelaridade assegura que as medidas, apesar de necessárias num determinado momento, não sejam “eternas” (aspas da autora).

Em outra direção, Pires (2011, p. 33) discorda que as medidas protetivas tenham natureza de cautelares, a começar que para o seu deferimento não são necessários “os requisitos típicos das ações cautelares” (*fumus boni juris*, *periculum in mora*, *fumus comissi delicti* e *periculum libertatis*), mas a necessidade de proteção da mulher, seu patrimônio e/ou sua família, não podendo as Medidas Protetivas de Urgência serem deferidas de ofício, mas sempre revogadas ou alteradas pelo juízo conforme a necessidade. Para o mesmo autor, as medidas têm “caráter singular extrapenal” e autonomia, (2011, p. 157), o que não impossibilita que cautelares também sejam aplicadas.

Durante a celeuma doutrinária ocorreu que as chamadas medidas provisionais não foram contempladas no Novo Código de Processo Civil de 2015. Então, mais recentemente, à luz do NCPC de 2015, as Medidas Protetivas de Urgência foram consideradas cautelares de natureza híbrida (penal e civil) em decisão do STJ (AgRg no AREsp 1650947 / MG)³⁵. Elas continuam tendo caráter satisfativo, urgente e autônomo, havendo quem diga que possui também natureza de tutela inibitória – tema que ainda levanta controvérsias ante a possibilidade de permanência das medidas na ausência de ação penal, tal qual expõe Amaral (2018), o qual defende a melhor regulamentação do assunto.

O Enunciado nº 4, da Comissão Permanente de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (COPEVID), do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, atualizado em 2018 de acordo com o respectivo *site*, bem resumiu a discussão, ao dispor que “As Medidas de Proteção foram definidas como tutelas de urgência, *sui generis*, de natureza cível e/ou criminal, que podem ser deferidas de plano pelo Juiz, sendo dispensável, a princípio, a instrução, podendo perdurar enquanto persistir a situação de risco da mulher.”

As medidas protetivas consistem na primeira fagulha de segurança e, por que não dizer, prevenção de novos possíveis episódios de violência; talvez mesmo consistam, segundo a experiência, no resultado de maior relevância para as mulheres

35 Disponível em <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/lei-maria-da-penha-na-visao-do-tjdft/medidas-protetivas/natureza-civel-e-criminal-das-medidas-protetivas-de-urgencia>. Acesso em 06.01.2020, às 01h 53 min.

que chegaram à notícia-crime. Isso porque é com as medidas protetivas que a mulher consegue o afastamento do algoz exatamente no “calor” da situação, quando a situação fugiu do controle no âmbito privado e não houve ainda tempo para reflexão. Ou, entre as inúmeras possibilidades inscritas nos casos concretos, consegue voltar para casa para retirar pertences pessoais ou restabelecer-se junto aos filhos, ainda temendo algum tipo de represália pela denúncia.

Isso faz com que os resultados das medidas protetivas pareçam sempre proveitosos, mesmo quando há, posteriormente, o desinteresse pelo processo em si, a retomada da relação afetiva/de convivência ou outra contingência.

O mesmo não acontece, contudo, com todo o curso do processo penal: não raras vezes as vítimas mencionam o cansaço (comparecer a várias audiências, esperar meses, narrar os fatos diversas vezes) e a sensação de que “não levou a lugar nenhum”, expressando que “se soubesse que seria assim, não teria feito”. Outras vezes, ainda que não ignorem a importância coletiva da “denúncia”, elas já retomaram as atividades cotidianas, restabeleceram-se, estão em novo relacionamento afetivo, assumiram um novo trabalho e está ainda o processo penal, atento à sua função antes de tudo punitiva, a demandar idas ao fórum e perdas do “dia de trabalho”, entre outros prejuízos, o que faz com que a mulher perca o interesse pela causa, passe a não colaborar com o deslinde e a não desejar a resposta judicial.

Indo além, Mello, Rosenblatt e Medeiros, em artigo publicado no *site* do IBC-CRIM³⁶, colocam que as mulheres saem ainda mais penalizadas com a prisão, sempre estigmatizante, do agressor, com quem muitas continuam relação de proximidade, seja pela dependência econômica que persiste, seja em função dos filhos. Para essas autoras, é necessária outra forma de enfrentamento dos conflitos domésticos. Como não está sedimentada essa outra forma e ainda não é ampla a proteção oferecida no âmbito do Executivo, as demandas resultam binariamente nos frequentes arquivamentos ou na opção punitiva.

Os frequentes arquivamentos, nesses casos, parecem sinalizar a impotência do judiciário ante o intento das vítimas, tal qual Carnelutti dizia a respeito das absolvições por ausência de provas, quando o acusado “não é culpado, mas tampouco é inocente...” (CARNELUTTI, 2009, p. 92).

36 Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, fundado em 1992.

Nessa perspectiva, a respeito das demandas das vítimas, as autoras Medeiros e Mello (2014, p. 18) mencionam pesquisa realizada no Rio Grande do Sul segundo a qual as mulheres “preferem” (na palavra das autoras) as medidas protetivas à resposta penal.

Coloca Rolf Madaleno que

“com processos tradicionalmente morosos, seria impensável permitir que a subsistência diuturna de um dependente alimentar pudesse aguardar no tempo, enquanto fossem travadas longas discussões jurídicas, num sistema processual que assegura tantas oportunidades de defesa e uma infinidade de engenhosos e intermináveis recursos, capazes de postergar, até a exaustão da tolerância humana, a solução jurídica dos litígios (...)” (CUNHA; PINTO, 2014, p. 153)

Nessa passagem, o autor sublinha a importância das medidas protetivas com natureza cível e criminal, relacionando a tempestividade das medidas protetivas de alimentos e a respectiva ação cível.

4.1 A (IN) TEMPESTIVIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

No livro chamado “A (In) Eficácia das medidas protetivas de urgência na Lei Maria da Penha”, Souza (2020, p. 7), após adjetivá-las como “grande arma de proteção à mulher e sua família” e descrevê-las, lista pontos concretos em que as medidas mostram-se ineficazes em seu propósito de proteger a mulher. Em análise, percebe-se que a maioria dos defeitos citados pelo estudioso reside na relação entre as medidas protetivas e o tempo.

O primeiro deles é o atendimento precário, fazendo com que a mulher esteja sujeita a “longas esperas” (SOUZA, 2020, p. 31).

Um segundo ponto levantado é aquele em que, mesmo sob medidas protetivas, a vítima sofre nova agressão, ocasião em que a autoridade policial não pode manter o acusado preso, por falta de previsão legal, o que poderia ser cogitado apenas se houvesse desobediência de ordem judicial. Enfatize-se que, em 04 de abril de 2018 foi publicada a Lei 13.641, tipificando o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência.

Outro defeito que atinge a eficácia das medidas, para Souza (2020), é o fato de que nem sempre o agressor é encontrado pelo oficial para ser cientificado das medidas, o que deixa a mulher vulnerável por dias ou semanas.

5 O TEMPO E O DIREITO

O conceito de tempo, abstração que perpassa toda a cognição humana e sua linguagem/comunicação (ROCHA; DUARTE, 2012) sempre intrigou grandes pensadores da filosofia, a exemplo de Aristóteles, para quem o tempo seria apenas a unidade de medida do movimento (SILVA in ROCHA; DUARTE, 2012, p. 108). Santo Agostinho, a respeito do tempo, colocava: “Se ninguém mo perguntar, sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei”.

No campo do Direito, os autores creditam ao conceito de Newton e Kant a maior influência na dogmática ocidental, entendendo-se mais contemporaneamente que “a definição de tempo está ligada à forma da sociedade em que vivemos” (ROCHA e DUARTE, 2012, p. 16).

De acordo com a concepção newtoniana e clássica, o tempo era linear e reversível, pois “se conhecida a condição inicial (P_0, T_0) de um sistema regido por tais leis, poder-se-ia calcular todas as posições subseqüentes (P_1, T_1), bem como todas as antecedentes (P_{-1}, T_{-1})” (MORETTO, 2003, p. 23). Dizer que, dadas as condições, poder-se-ia predizer os movimentos seguintes era, ao fim e ao cabo, negar a influência do tempo.

Segundo Schwartz e Flores (in ROCHA; DUARTE, 2012), na esteira da racionalidade kantiana e newtoniana veio Kelsen, com a teoria purista no Direito a propor o tempo como uma instância positivada, capaz de separar tempo e espaço, e que permite previsibilidade – ao gosto da ciência moderna.

Todavia, com a Teoria da Relatividade de Einstein surgem novas concepções voltadas ao entendimento do mundo como complexidade, nisso incluindo a noção de tempo. Para Ost (2005 apud ROCHA, 2012, p. 18) “não existe tempo fora da história”, sendo ele histórica e socialmente instituinte e instituído. Ost (2005) explica que a própria construção do calendário, enquanto medida do tempo, deu-se com a articulação entre os fenômenos cósmicos (dia e noite, estações do ano) e os eventos histórico-sociais, como o nascimento de Cristo. Ou, bastava para a contagem do tempo na Idade Média o soar dos sinos, mas com o mercantilismo precisou-se de um relógio para contagem de horas, depois de minutos e segundos. Em Savigny, teórico da linguagem,

“as relações orgânicas do direito com a essência e o caráter do povo verificam-se no decorrer da marcha do tempo [...] O direito cresceu, assim, com o povo, desenvolve-se com ele e acaba por desaparecer quando o povo vem a perder suas particularidades profundas.”(SAVIGNY, 1982 apud OST, 2005, p. 82-83).

Dessa forma, o tempo dialoga diretamente com o Direito, saber que “constrói a sociedade” (ROCHA; DUARTE, 2012, p. 19), controlando atos praticados no passado e almejando a predizer o futuro (dever-ser) estando no presente. Assim é que Ost (2005 apud ROCHA, 2012, p. 19) define como uma das características do Direito ser a “memória” de uma sociedade, exemplificando com a existência dos cartórios, contratos, documentos etc., e também conter uma promessa de futuro, uma expectativa.

Já contemporaneamente, no ritmo da instantaneidade crescente, o (s) tempo(s) mostram-se cada vez mais fragmentados, a exigir um mínimo de sincronização capaz de manter o laço social (OST, 2005).

Nesse passo, Rocha e Duarte colocam sobre a imprescindibilidade do esquecimento, pois a capacidade de memória demanda a seleção entre o que esquecer e o que lembrar: lembrar de tudo colocaria alguém “fora do Tempo” (ROCHA; DUARTE, 2012, p. 19). Essa passagem dos autores, embora não se mencione expressamente, parece remeter à filosofia de Nietzsche, para quem o esquecimento é uma faculdade, ao possibilitar a abertura ao novo e o desligamento do ressentimento³⁷, através do qual dar-se-ia a prisão no passado. Enfim, os autores propõem o entendimento do Direito através do que chamam de Matriz Sistêmica, seguindo o postulado por Luhman e Teubner, sendo o “Tempo construído dentro da Complexidade e do Caos” (ROCHA; DUARTE, 2012, p. 21).

Assim sendo, seguindo o raciocínio sistêmico, o Direito *re*-produz-se (autopoieticamente), buscando em si mesmo as suas referências, mas também sofrendo influências do ambiente externo através de pontos de abertura. Caso não possuísse suficientes abertura e clausura, sucumbiria como sistema, estando vulnerável a toda a complexidade circundante.

Com as aberturas, o Direito sofre a influência da sociedade e de “outros sistemas parciais (Economia, Política, Religião, Moral, Ciência)” (ROCHA; DUARTE,

37 Rodrigo Hayasi Pinto, no artigo intitulado “Ressentimento e Esquecimento em Nietzsche” discorre acerca da importância do esquecimento para a transformação da realidade humana e para a ética.

2012, p. 27). Desta maneira (complexa) é que o tempo, na sucessão dos eventos de fechamento e abertura, está acoplado ao Direito, sistema jurídico. Somente assim, assumindo nova temporalidade que não aquela kantiana do *antes-e-depois* linear e hierarquizado, para os autores, pode o Direito, acompanhando o tempo, permanecer, reinventar-se e acompanhar a velocidade de transformação da sociedade globalizada.

5.1 A EFETIVIDADE DAS RESPOSTAS JUDICIAIS NO TEMPO OU A MOROSIDADE PROCESSUAL

Compreendendo a relação complexa entre o Direito e, temporalmente, o seu entorno social, chega-se à questão da efetividade das soluções jurídicas no tempo e ao problema da morosidade processual. Schwartz e Flores assim sintetizam o raciocínio:

Num ambiente complexo da sociedade contemporânea, onde as comunicações são altamente dinâmicas, onde a velocidade do ciberespaço vai forjando novas formas de relações, imprimindo um ritmo altamente veloz, um processo que demora alguns anos é uma situação, no mínimo, questionável, sobretudo no que diz respeito à contextualização da respectiva decisão jurídica, quando vier a ser proferida. A reflexão sobre o Tempo surge também em relação à adequação dessa decisão à expectativa formada na sociedade, sobre a resposta a ser recebida do Direito, vislumbrando, de modo a efetuar, uma solução que transcenda os meros limites formais da semântica jurídica, ou seja, que seja capaz de desencadear movimentos vantajosos para a sociedade no seu tempo atual. (SCHWARTZ; FLORES in ROCHA; DUARTE, 2012, p. 56).

O entendimento é que o Tempo, apesar de passar independentemente da vontade (NUNES, 2010), pode ser alargado ou diminuído, sentido de maneiras diferentes “de acordo com o momento histórico” e a vida social (NUNES, 2010, p. 122). Por conseguinte, o tempo processual também deve estar em compasso com o caminhar da sociedade e não apenas com as formalidades técnicas como outrora fizera, segundo Nunes (2010), sob risco de não se alcançar utilidade com o processo. Continua o autor, o qual trata da questão do tempo no processo civil, que

apenas sob a influência do Estado Social é que se passou a abordar a questão da “capacidade de o processo atender às necessidades dos jurisdicionados e, para tanto, além de problemas como o custo, importa o significado que o tempo aí assume, em especial como o tempo repercute sobre a efetiva proteção do direito material”. (NUNES, 2010, p. 124)

Em outra passagem, coloca que

Diante da vertiginosa velocidade das transformações sociais, pode-se dizer, sem medo de errar, que, se não efetivados em tempo hábil, os direitos poderão perecer, acarretando para a atividade jurisdicional desprestígio perante os cidadãos, gastos inúteis de dinheiro público e forte desconforto social, porque as pessoas menos favorecidas suportarão, resignadas, eventual lesão aos seus direitos.

Daí a busca de se criar mecanismos processuais pautados em técnicas de cognição sumária... de possibilitar aos jurisdicionados meios capazes de proporcionar a prestação de uma tutela jurisdicional tal como prometida constitucionalmente. (NUNES, 2010, p. 128)

Com relação à morosidade processual, autores dos mais renomados apontam a demora do processo como produtora de injustiças e desfavorecimentos de várias ordens (social, econômica, entre outras). Silva (in ROCHA; DUARTE, 2012, p. 119), mencionando Capeletti, aduz que a demora leva à injustiça social, dado que “o grau de resistência do pobre é menor que o grau de resistência do rico, uma vez que esse último pode, e não o primeiro, sem dano grave, esperar uma justiça lenta”. Na prática diária, não é difícil perceber, por exemplo, o menos favorecido abrindo mão de direitos a fim de receber, tão logo quanto urge a necessidade de sobrevivência, o que se julga devido³⁸.

A morosidade processual, portanto, aparece como um problema a ser resolvido legislativamente, administrativamente e tecnicamente pelo Direito. Não sendo um inconveniente recente, Roque (in ROCHA E DUARTE, 2012, p. 132) aponta que ela remonta desde a Antiguidade, quando já eram adotadas medidas para driblá-la. Também não diz respeito somente ao sistema jurídico do Brasil, eis que aparece nos mais diferentes países, ensejando normas de alcance internacional através de Convenções³⁹. Todos os esforços se justificam pela constatação de que o grande lapso de tempo de um processo afasta a decisão do caminhar da sociedade, produzindo sentenças anacrônicas, fazendo direitos perecerem, frustrando a efetividade da resposta judicial e sendo uma forma de não-acesso à justiça.

Se a celeridade é reconhecidamente importante para a solução jurídica, é sabido que o processo invariavelmente demanda, para ser garantista, um determinado

38 Por essa razão, para Nunes (2010, p. 150) a inefetividade das decisões judiciais é uma forma de “violência institucionalizada”.

39 Um exemplo mencionado por Nunes (2010, p. 132) é a Convenção Europeia para a Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, nos seus artigos 6º e 50.

intervalo de tempo. Isso porque o processo implica oportunidades de petição e de defesa, bem como oportunidade de apreciação para as autoridades envolvidas (SILVA in ROCHA; DUARTE, 2012), nem sempre podendo haver instantaneidade – o que poderia levar a outras formas de injustiças.

Além disso, a celeridade não pode significar perda da qualidade da prestação jurisdicional, sendo necessário o equacionamento entre qualidade e celeridade. No dizer de Gajardoni e Nunes, respectivamente:

o grande desafio do processo civil contemporâneo reside no equacionamento desses dois valores: tempo e segurança. A decisão judicial tem que compor o litígio no menor tempo possível, mas deve respeitar também as garantias da defesa (due process of law), sem as quais não haverá decisão segura. Celeridade não pode ser confundida com precipitação. Segurança não pode ser confundida com eternização. (GAJARDONI, 2007 apud SILVA in ROCHA e DUARTE, 2012, p. 122)

O tempo do processo civil encontra-se ligado ao contraditório, devendo ser distribuído entre as partes. Acelerar a prestação da tutela jurisdicional sem ofender os direitos fundamentais de defesa é a grande questão da processualística moderna. (NUNES, 2010, p. 137) “Há que se distribuir o tempo entre as partes para se respeitar o princípio da isonomia e a ideia de democracia subjacente à noção de processo.” (MARINONI, 2005 apud NUNES, 2010, p. 137)

Do empenho nesse equacionamento de difícil alcance entre segurança e qualidade eis que surgem, nos mais diversos ordenamentos jurídicos, as normas acerca da razoável duração do processo.

5.1.1 A razoável duração do processo

A razoável duração do processo, verdadeiro princípio no ordenamento jurídico brasileiro, passou a estar expressa e constitucionalmente positivada a partir de 2004, por meio da Emenda Constitucional 45. Contudo, antes disso já era prevista em vários artigos da Convenção Americana de Direitos Humanos, de 1969, da qual o Brasil é signatário desde 1992.

Na Constituição Federal, diz o art 5º, inciso LXXVIII:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

Esse princípio vem enfrentar a grande demora processual, problema que atinge os mais variados sistemas de justiça pelo mundo – não somente o brasileiro – e desde tempos mais remotos, como bem exemplifica Roque (in ROCHA e DUARTE, 2012, p. 132). Faz-se importante porque, como mencionado anteriormente, a morosidade processual ofende o devido processo e é fonte de injustiças, desfavorecendo a parte mais fraca na relação, que não tem como dispor de recursos ao longo do trâmite processual prolongado. Prova disso, na prática, é a existência de pedidos meramente protelatórios no processo, prática que já é conhecida e para cujo combate há artifício legal. Silva (in ROCHA; DUARTE, 2012) aponta ainda os prejuízos econômicos⁴⁰, não só para as partes, mas para a economia em geral, que a demora processual ocasiona. A autora coloca que

Ocorre que dessa inegável interação do tempo com o processo pode surgir um sério e grave ônus para a parte demandante e, também, para a sociedade como um todo, dado que a demora no andamento processual, os incidentes que se desdobram e se multiplicam e, em síntese, a lentidão de toda a máquina judiciária, acarretam um sensível problema social, o qual provoca danos econômicos (imobilizando bens e capitais), o que por si só demonstra uma irritação do sistema de direito.

[...]

Um processo que perdura por longo tempo pode ser um instrumento de ameaça e pressão, para impor a uma das partes condições desfavoráveis. Daí a motivação dos processualistas, com o foco na obtenção de uma adequada efetividade dos provimentos jurisdicionais, considerarem dogmático o entendimento de que os técnicos do direito devem buscar a abreviação do tempo de duração do processo; sempre com vistas a se evitar demoras injustificáveis, formalismos exacerbados e protelações maliciosas. (SILVA in ROCHA; DUARTE, 2012, p. 114)

Pensando em outros termos, o que a batalha pela razoável duração do processo revela é que, muitas vezes, a resposta judicial encontra-se incongruente, no tempo, com a real efetivação de um direito, de tal forma que pode já não fazer nenhum sentido diante da dinâmica da vida social/pessoal, o que, no limite, é uma forma de vedação ao acesso à justiça.

40 Não por outra razão as empresas adotam, entre si, o Juízo Arbitral, “mais célere e eficiente” (NUNES, 2010, p. 126). No entanto, quando litigam com o cidadão comum, hipossuficiente, é sintomático que elas optam pelo juízo em procedimento ordinário, capaz de, pela demora, prejudicar o menos favorecido (NUNES, 2010, p. 146).

Além disso, a busca não pode ser apenas por celeridade, já tendo grandes estudiosos do tema alertado para o binômio segurança-celeridade, devendo estar presentes a qualidade da decisão e, tanto quanto possível, a razoável duração do processo.

Inevitavelmente o processo demanda tempo: ele se dá pela sucessão de atos e procedimentos consecutivos, dando alternância às partes, meio de conferir-lhes garantias fundamentais, como o direito ao contraditório e à ampla defesa, também normas principiológicas. Caso fosse o processo baseado, em todo caso, na instantaneidade, claramente ficaria o acusado sem possibilidade de defesa, conhecendo a acusação no único momento possível para refutá-la.

Também, o decurso de tempo processual é importante para “afastar a emoção de que todo ser humano está dependente, quando do julgamento, e o de poder demonstrar para a sociedade que aquela pessoa que está sofrendo o processo penal é um ser humano e, como tal, deve ser respeitado durante o processo e aplicação da sanção” (MORETTO, 2003, p. 102-103), deixando evidente que o razoável tempo para o processo não é, com efeito, a extrema rapidez.

5.1.1.1 A razoável duração do processo e a Lei Maria da Penha

Para os casos relacionados à Lei Maria da Penha⁴¹, aqui estudados, tanto as falas que postulam acerca da celeridade como aquelas que sublinham a necessidade de lapso temporal fazem bastante sentido. É que, nos casos de violência doméstica e familiar, tendo as partes relação de intimidade ou de convivência sob o mesmo teto, as medidas mais urgentes, tomadas imediatamente, ainda no ápice do conflito, mostram-se inteiramente importantes na preservação da integridade das vítimas (ou de ambas as partes) e de bens que satisfazem direitos básicos (acesso objetos pessoais e profissionais, documentos etc.). Também a celeridade, oposta à demora de anos vista em alguns casos, é importante por oferecer às partes a resposta judicial quando esta ainda representa amparo e justiça na vida das pessoas.

E, de forma menos evidente, o lapso temporal, além de possibilitar a ampla defesa ao acusado, permite que haja alguma elaboração do conflito. Não poucas ve-

41 De acordo com Nunes (2010, p. 133) pesquisa sobre o tempo decorrido nos tribunais de justiça norte-americanos mostra que os casos que envolvem relações domésticas devem, 90% deles, serem resolvidos em 30 dias e 100% delas em 1 ano.

zes as mulheres comparecem, para ilustrar, às audiências já acompanhadas do acusado, com quem restabeleceram a relação afetiva, em virtude do que passam a demonstrar genuíno desinteresse pela prestação jurisdicional, demandando novos mecanismos de proteção, para além do afastamento ou da punição, por parte do Poder Judiciário.

Ressalte-se que não se quer aqui, com tal proposição, isentar os acusados das responsabilidades ante o cometimento de crimes ou defender que as mulheres continuem expostas, por conta da reconciliação, à violência que sempre sofreram⁴². Ao contrário, uma vez que retomar ou não a relação afetiva está dentro da esfera potestativa das partes⁴³, cabe buscar que a relação se desenvolva, a partir dali, em outras bases, com melhor comunicação, com maior grau de respeito à individualidade do parceiro, com a dissolução de crenças e valores que não contribuem para o relacionamento harmonioso, com a responsabilização e com a quebra do ciclo de violência⁴⁴. No dizer de Pires trata-se

de se resguardar a mulher-vítima da violação ininterrupta de seus direitos (enumerados exemplificativamente nos arts. 2º e 3º da Lei) e de empoderá-la no sentido de ter cada vez mais consciência desses direitos e de agir de conformidade com eles, para libertá-la de uma situação de passividade, fazendo-os valer perante as diversas instâncias do sistema de justiça especializado de violência contra a mulher e sendo capaz de romper ou de não contrair relacionamentos violentos, marcados por forte diferenciação de gênero, ou de pelo menos ter o poder de promover mudanças neles. (PIRES, 2011, p. 125)

Nesse sentido, do desenvolvimento das partes, a própria Lei traz avanços in-comuns ao Direito Penal, ao fomentar o encaminhamento dos agressores à reabilitação e elencar, entre as Medidas Protetivas de Urgência, a frequência em programas de reeducação e/ou o acompanhamento psicossocial do agressor (estas duas medidas incluídas pela Lei 13.984 de 2020).

42 LABRADOR, RICÓN, LUIS e FERNANDEZ-VELASCO, citados por FERNANDES (2013, p. 196) as mulheres não rompem a relação devido a sentimentos de impotência, fraqueza e medo. Cabe aqui, no entanto, uma ressalva para a não-generalização desse entendimento, dada a diversidade de atravessamentos a que estão sujeitos os casos atinentes à violência doméstica e família contra a mulher.

43 Desde que se dê de forma livre e sem coação, evidentemente.

44 O ciclo de violência consiste na repetição de um padrão não-saudável entre o par composto das seguintes fases:

- a) tensão, quando os conflitos e desentendimentos se acentuam, preparando o terreno para a escalada da violência;
- b) explosão, quando se dão os atos maiores atos agressivos, como num clímax;
- c) lua de mel, quando ocorrem pedidos de perdão, agrados e retomada do relacionamento, reiniciando o ciclo.

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.

(Lei 11.340/2006)

Resta dizer que para o acompanhamento psicossocial do acusado e para a busca, através dos encaminhamentos e das medidas judiciais, do desenvolvimento da relação em outras bases que não a da violência, demanda-se um intervalo de tempo. Até mesmo para que se vislumbre o cumprimento ou o descumprimento⁴⁵ dessa obrigação, que deve demandar acompanhamento semanal ou mensal, há que se dispende tempo, ou estar-se-ia determinando um cumprimento impossível.

Esse “intervalo” na prática era alcançado através da suspensão do processo, até ulterior avaliação pelas equipes multidisciplinares atuantes no caso concreto e apreciação dos operadores do Direito. A suspensão, em todo caso, era considerada uma benesse, nos moldes da Lei 9.099/95, benefício posteriormente considerado incompatível com a Lei 11.340/2006.

45 Os doutrinadores ainda discutem quais as possíveis consequências para esse descumprimento, de uma medida atípica, parte dos autores sendo contrários à possibilidade da prisão preventiva fundada no poder geral de cautela do juiz.

6 UMA PROPOSTA

Em acordo com todo o exposto, um dos fatores que confere maior efetividade à resposta judicial é o seu alinhamento, no tempo, com a vida social, sobretudo numa sociedade globalizada, de transformações vertiginosas, baseada em riscos⁴⁶ globais.

Essas circunstâncias são a própria complexidade da sociedade atual, em que, sob o paradigma sistêmico, o tempo passa a ser visto imbrincado com o contexto social, variando de acordo com as atividades humanas. O Direito, por conseguinte, também estaria articulado numa tríade com o Tempo e a sociedade (OST, 2005 apud PEREIRA, 2012, p. 95), instituindo o social pois “o discurso jurídico diz o sentido e o valor da vida em sociedade”. Exemplos da preocupação do Direito com o Tempo são institutos como as medidas cautelares, a implementação de sistemas informatizados, o princípio da duração razoável do processo insculpido constitucionalmente e internacionalmente.

No caso da Lei Maria da Penha é corriqueiro vislumbrar a necessidade de uma prestação jurisdicional que acompanhe o ritmo social, na sua faceta mais íntima e singular, pois os conflitos abordados estão marcados pelas relações de convivência, intimidade e afeto.

O ritmo social acelerado (contemporâneo) no âmbito das relações domésticas e familiares mostra-se no início rápido de novas relações amorosas, na necessidade urgente de medidas protetivas, na demanda por maior celeridade, pois a demora tem um custo econômico elevado. O tempo processual nem sempre consegue acompanhar esse passo, o que pode acarretar na sua inefetividade.

Eis que, tendo em vista as considerações sobre o Tempo e o Tempo Processual, o caráter assistencial, preventivo, educativo e também repressivo da Lei 11.340, além das especificidades dos casos concretos anteriormente declinadas, surge a proposta de um mecanismo jurídico capaz de equacionar as necessidades das vítimas, os recursos a serem aplicados e o espírito da Lei com o Tempo. Esse mecanismo seria, como já fora outrora, a suspensão do processo.

Melhor explicando, a suspensão do processo, antes de ser proibida pela legislação e pela decisão do STF de 2012, era bastante aplicada. Era produto do esforço das autoridades no sentido de solucionar situações concretas, as quais somen-

46 Termo de Ulrich Beck, sociólogo que escreveu sobre a Teoria do Risco.

te o rigor punitivo não solucionaria. Em ilustrativa passagem, Granjeiro (2012) transcreve a fala de uma Promotora de Justiça, a qual dizia

[...] Outra coisa é que eu sou favorável à suspensão do processo nos casos da LMP. Isso porque a violência doméstica obedece a um ciclo, e eu falei pra você que essa audiência que a gente tem é muito próxima dos fatos. Então, em geral, do dia da delegacia ao dia que ela chega na audiência, talvez eles já estejam na fase de lua de mel. Então, se a gente perde o contato com eles, a violência pode voltar. Se a gente tem os dois anos, a gente tem dois anos pra observar se isso vai acontecer de novo. Se a gente perder o contato, ela só vai voltar à delegacia se houver um fato mais grave do que o primeiro. É o que a experiência mostra. (GRANJEIRO, 2012, p. 134)

Acontecia que o recurso da suspensão não era especialmente previsto para os casos afetos à Lei Maria da Penha, sendo confundido, não sem razão, cada vez mais com os institutos despenalizadores que caracterizam o *sursis*, bem como com o atendimento prestado pelos JECRIM's, motivo pelo qual recebeu críticas relacionadas à banalização da Lei. Por consequência, gradativamente, a aplicação das suspensões ficou especialmente tolhida.

Sucedem que há situações diversas, inerentes à demanda, que necessitam de uma compatibilização no tempo, o que não foi previsto pelo legislador. Com celeridade, as medidas protetivas devem ser tomadas rapidamente, podendo mesmo serem determinadas na delegacia e encaminhadas em 48h para o juízo, favorecendo a proteção da ofendida, sob o risco de que ela tenha sua integridade ofendida.

Por outro lado, neste trabalho foram trabalhados casos como os de acompanhamento pelas equipes multidisciplinares, de frequência dos agressores em grupos de escopo reeducativo, de acompanhamentos por serviços de saúde, de acompanhamento da retomada dos relacionamentos etc. Esses casos, sob o aspecto protetivo e assistencial, demandam um maior espaço de tempo para serem levados a efeito, gerando perplexidades ou incoerências na aplicação. Como entender, por exemplo, a aplicação de uma medida protetiva de urgência de comparecimento do agressor a programa de reeducação (art. 22, VI, da Lei 11.340) como mais prolongada que o cumprimento da pena, que pode não passar de meses?

É enfrentando todas essas faces da aplicação da Lei Maria da Penha que a suspensão do processo ressurgiu como uma possibilidade. Não é uma estratégia nova, como mencionado, posto que era amplamente utilizada, já tendo sido admitida no passado pelo STJ e realizada pelas DEAMS, nos idos dos anos 90, quando ou-

tras soluções, bem ou mal, eram aventadas junto aos casais ainda no âmbito da delegacia.

No caso da Lei Maria da Penha, saliente-se, a suspensão não deve ser identificada com o *sursis* processual, nem promover automaticamente a despenalização ou a transação penal. Deve, no sentir de quem redige este trabalho, também ser uma suspensão *sui generis*, assim como é a natureza das medidas protetivas de urgência, e ter a teleologia de: a) prestigiar a aplicabilidade de recursos extrapenais previstos na Lei, favorecendo-lhe o alcance social de forma não somente criminalizante ou simbólica; b) possibilitar proteção diferenciada à mulher a depender da situação fática; c) uniformizar e tornar compatível com a legalidade a práxis processual, quando necessário for.

Em apertada análise, entende-se que a suspensão não vem a lacerar direitos e garantias do acusado. Embora possa implicar restrições, não é pena. Promove, com efeito, maior duração do processo, e, segundo juristas, o mero passar do tempo e a situação de incerteza é fonte de incômodo para o acusado. Contudo, há que se sopesar a proteção da ofendida, a aproximação da resposta judicial em relação à vida e a própria efetividade da Lei.

A autora Granjeiro (2012), percorrendo o tema das agressões mútuas, defende o uso da Justiça Restaurativa nos casos de violência doméstica e familiar que tratam de violência recíproca, especialmente quando não se pode decidir de quem parte a agressão. A autora propõe, então, uma justiça reparadora e não retributiva, com a expectativa de que os casais possam superar de uma maneira prospectiva seus conflitos e estabelecer melhor comunicação. Para tal desiderato, concluindo, Granjeiro elenca diversos “passos” a serem tomados no judiciário a fim de viabilizar, como uma “fase do processo” (na expressão da autora), um período de tempo para o trabalho restaurativo.

Este trabalho não vai tão longe: propõe apenas a existência de um recurso processual a possibilitar que o juízo compatibilize o tempo processual e seus procedimentos com o tempo e com a realidade das relações, embora violentas (mas não somente), das quais as mulheres fazem parte, sobretudo aquelas relações que perduram⁴⁷ a despeito da violência praticada e da notícia-crime oferecida. Repise-se

47 Como mencionado alhures, muitas mulheres retomam os relacionamentos durante o curso do processo, o que as leva a desistir da ação penal ou as deixa numa situação de duplicidade.

que mesmo os autores que consideram importante o rigor punitivo da lei, têm em alta conta os demais direcionamentos que ela traz.

Por fim, a opção pelo mecanismo da suspensão não se baseia no instantaneísmo: é um passo que, apesar de ser abertura para o futuro, não rompe com o passado da Lei. Do mesmo modo contínuo, mas não determinista, o futuro deverá se encarregar de novas modificações. Fugindo do mero punitivismo improfícuo da realidade brasileira, conjuga, assim como a própria Lei 11.340/2006, “estabilidade e mudança, ambas necessárias à harmonia social” (OST, 2005, p. 235).

Também não significará a falta de registro dos casos de violência ou a abdicação do processo penal, o qual continuará a existir, mas consistirá numa medida que, reconhecendo a complexidade e a especificidade de alguns casos⁴⁸ possibilite um tratamento mais balizado e efetivo do problema da violência.

⁴⁸ Especialmente aqueles que demandam encaminhamentos a serviços de recuperação, encaminhamentos a serviços de saúde, prolongamento de medidas de proteção e assistência etc.

7 CONCLUSÃO

A Lei Maria da Penha, publicada em 7 de agosto de 2006, consolidou o avanço reclamado pelos movimentos feministas no Brasil, os quais desde o final da década de 70, inspirados por movimentos de alcance internacional, lutavam por isonomia e igualdade de condições entre homens e mulheres.

No âmbito legal, no Brasil, os avanços eram tímidos, na maioria das vezes relacionados a alterações pontuais no posicionamento com relação à figura da mulher ante os crimes sexuais e a sua condição de mulher “honesta”. Prova disso é que somente em 2005 foram modificados institutos antigos do Código Penal que faziam menção à honra da mulher.

Com a Lei Maria da Penha, portanto, foram positivadas diversas normas voltadas ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. A citada Lei, considerada por Maria Berenice Dias como uma das três leis mais avançadas do mundo, possui caráter assistencial, preventivo, educativo, repressivo, programático e de ação afirmativa. Uma das previsões que traz é a necessidade de criação de Delegacias Especializadas e Juizados Especializados no atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar. Outra delas é a possibilidade de encaminhamento a diversos serviços que contemplem os variados aspectos existenciais e sociais da vida da mulher e, também, do agressor – para este, os serviços de reabilitação, reeducação, acompanhamento psicossocial.

Ocorre que, tendo em vista a articulação entre o Tempo e o Direito, sendo o Direito um saber que “constrói a sociedade” (ROCHA; DUARTE, 2012, p. 19), estando ele insculpido, invariável e sistemicamente, na realidade social, desponta que a efetividade da resposta judicial depende da sua produção tempestiva, sobretudo numa sociedade globalizada de ritmo altamente veloz, pautada na velocidade do ciberespaço, dinâmica, onde as relações se modificam rapidamente (SCHWARTZ; FLORES in ROCHA; DUARTE, 2012).

No que concerne à Lei Maria da Penha, essa resposta judicial deve considerar ainda os diversos recursos previstos na Lei, para que ela tenha alcance mais amplo, e as situações peculiares das jurisdicionadas, as mulheres vítimas – o que pode demandar celeridade e, concomitantemente, maior lapso de tempo. Isso sem des-

considerar, como não poderia deixar de ser num Estado Democrático de Direito, as garantias fundamentais do acusado, geralmente chamado de “o agressor”.

Como situações peculiares das mulheres a demandar respostas e possível proteção, foram trabalhados a retomada dos relacionamentos com o agressor, os pedidos de retratação (pois não desejam a criminalização do acusado), o trâmite paralelo de outras ações judiciais relacionadas à separação, os casos de violência recíproca, os encaminhamentos feitos, o atendimento pelas equipes multidisciplinares e o próprio deferimento das Medidas Protetivas de Urgência.

A própria evolução doutrinária, frise-se, também ensejou respostas diferenciadas ao longo do tempo. Por exemplo, já foram os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher submetidos ao *sursis*, o que atualmente já não se configura possível.

Assim, permanece a necessidade, para aqueles que atuam com o tema da violência doméstica, de um mecanismo jurídico apto a equacionar o tempo (o contexto social), a especificidade da legislação e a resposta judicial. O que a revisão bibliográfica permitiu vislumbrar como possibilidade foi a suspensão do processo, a qual proporcionaria um lapso de tempo hábil ao cumprimento de algumas das medidas previstas e, ao mesmo tempo, capaz de dar proteção à mulher. Importa dizer que não seria um mecanismo novo, visto que já foi aplicado outrora sem previsão legal – o que só evidencia, de alguma forma, a sua necessidade e a sua visada para o futuro. Valendo-se das palavras de Ost (2005), pode ser considerado uma tentativa de “equilíbrio entre manutenção do passado e abertura do presente, que é também [...] uma divisão delicada de atribuições entre juiz, legislador e administração” (OST, 2005, p. 185).

Enfrentando as controvérsias doutrinárias, percebeu-se que esse mecanismo não deve ser identificado à suspensão operada no *sursis*, esta despenalizadora. Deve, no âmbito da Lei 11.340/2006, caracterizar-se por ser uma suspensão *sui generis*, assim como são vistas as Medidas Protetivas de Urgência na atualidade, após o desenvolvimento dos estudos acerca da sua natureza jurídica.

Toda lei, especialmente um Código, exige um tempo – tempo de maturidade – para ser interpretado de modo tanto quanto possível convergente e bem aplicado pelos operadores do Direito. Com as dimensões territoriais do Brasil, diante do número expressivo de tribunais, é natural que esse tempo se aproxime de pelo menos uma década, inclusive para que haja razoável con-

tribuição da doutrina e consolidação da jurisprudência sobre os pontos mais polêmicos, então introduzidos pelo diploma processual. (TUCCI, 2020, n.p.)

Por fim, cabe dizer que a estratégia constitui-se no desenvolvimento mesmo da aplicação da Lei, que não ocorre imediatamente, mas autopoieticamente com o acúmulo de experiências e aprendizados, o que restou bem resumido no dizer de Tucci em entrevista ao domínio virtual Consultor Jurídico.

REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam Coutinho de F. Pequenos delitos, grandes ofensas: o imaginário jurídico da conciliação no Juizado Especial Criminal e a Questão de Gênero. **Revista da Esmese**, Nº 07, 2004.

AMARAL, Carlos Eduardo Rios do. Lei Maria da Penha: sentença penal não extingue medida protetiva. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5538, 30 ago. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/64731>. Acesso em: 6 jan. 2021.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. Vol. 1. 26º ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

BRASIL, Lei 11.340/2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em dez 2020.

BRASIL, Lei. 13.827/2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13827.htm. Acesso em dez 2020.

BRASIL, Lei 13.984/2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13984.htm#:~:text=L13984&text=Altera%20o%20art.de%20reabilita%C3%A7%C3%A3o%20e%20acompanhamento%20psicossocial. Acesso em dez 2020.

BRASIL, Lei 9.099/1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm. Acesso em jan 2021.

CAVALCANTE, Elaine Cristina Monteiro. Apontamentos sobre as medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha. **Cadernos Jurídicos**, São Paulo, ano 15, nº 38, p. 113-132, Janeiro-Abril, 2014.

COSTA, Daniela Carvalho Almeida da. Globalização e controle social na contemporaneidade. Questionando a legitimidade do direito penal. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 15, n. 2520, 26 maio 2010. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/14892>. Acesso em: 10 jan. 2021.

COUTO, Ana Paula; COUTO, Marco. O sursis processual e a Lei Maria da Penha. **Empório do Direito**. ISSN 2446-7405. Disponível em: <https://emporiiododireito.com.br>. Acesso em: 19 jan. 2021.

CUNHA, Rogério S.; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência Doméstica: Lei Maria da Penha comentada artigo por artigo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

DIDIER JR., Fredie; OLIVEIRA, Rafael. Aspectos Processuais Cíveis da Lei Maria da Penha. **Revista Magister de Direito das Famílias e Sucessões**, nº 4, Jun/Jul de 2008. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/institucional/nucleos-de-apoio/nucleo-de-genero-pro-mulher/artigos/>. Acesso em: 6 jan. 2021.

DIAS, Maria Berenice. 14 anos da Lei Maria da Penha: avanços e desafios. **Congresso Virtual do IBDFAM: Família, Gênero e Direitos Fundamentais**. Disponível em: www.mariaberenice.com.br. Acesso em: 22 de jan. de 2021.

_____, Maria Berenice. **Ações afirmativas: a solução para a desigualdade**. Disponível em:

[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_748\)3__acoes_afirmativas__a_solucao_para_a_desigualdade.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_748)3__acoes_afirmativas__a_solucao_para_a_desigualdade.pdf). Acesso em: 22 jan. 2021.

FALCKE, Denise et al. Violência conjugal: um fenômeno interacional. **Contextos Clínic**, São Leopoldo, v. 2, n. 2, p. 81-90, dez. 2009. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822009000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 21 jan. 2021.

FERNANDES, Valéria Diez Scarance. **Lei Maria da Penha: o Processo penal no caminho da efetividade**. Tese (doutorado). São Paulo: PUC, 2013.

FONTES, Luanny C.; THOMASI, Tanise Zago. Feminicídio: feminismo e direito penal simbólico. In: **Revista Direitos Humanos e Democracia**, Editora Unijuí, ano 6, n. 11, jan./jun., 2018, ISSN 2317-5389 Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Unijuí. Disponível em: <https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/docente/producao.jsf?siape=2997211>. Acesso em 14 de janeiro de 2021.

GRANJEIRO, Ivonete. **Agressão Conjugal Mútua: Justiça Restaurativa e Lei Maria da Penha**. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MACHADO, Lia Zanotta. 319 **Atender vítimas, criminalizar violências. Dilemas das delegacias da mulher**. Brasília: Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2002.

MEDEIROS, Carolina S. I. Queiroga de; MELLO, Marília M. P. de. O que vale a pena? O impacto da lei maria da penha no encarceramento de “agressores” e seus efeitos colaterais sobre a mulher vítima de violência doméstica e familiar. In: CONPEDI/UFPB (Org.). **Criminologias e política criminal I: XXIII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI**. Florianópolis: CONPEDI, 2014. p. 447- 469. Disponível em:

MEDEIROS, Carolina S. I. Queiroga de; MELLO, Marília Montenegro P. de; ROSENBLATT, Fernanda F. **Precisamos conversar sobre os efeitos não declarados da “Lei Maria da Penha”**. Disponível em:

<https://wp.ibccrim.org.br/artigos/285-agosto-2016/precisamos-conversar-sobre-os-efeitos-nao-declarados-da-lei-maria-da-penha/>. Acesso em 24 de dezembro de 2020.

MORETTO, Rodrigo. **Crítica Interdisciplinar da pena de prisão: controle do espaço na sociedade do tempo**. 2003.

NOBRE, Maria Teresa. Entre a conciliação na polícia e a punição da justiça: dilemas do enfrentamento público da violência contra a mulher no Brasil. In: ESCÓSSIA, Lili-ana; CUNHA, Eduardo Leal. **A psicologia entre indivíduo e sociedade**. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 16 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

NUNES, Gustavo Henrique Schneider. **Tempo do processo civil e direitos fundamentais**. 1ª ed. São Paulo: Letras Jurídicas, 2010.

OLIVEIRA, Maria Coleta [et al.] **Mediação familiar transdisciplinar: uma metodologia de trabalho em situações de conflito de gênero**. São Paulo: Summus, 2008.

OST, François. **O tempo do direito**. Trad. Élcio Fernandes. Bauru, Edusc, 2005.

PASINATO, Wânia e SANTOS, Cecília McDowell. **Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008.

PINTO, Rodrigo Hayasi. Ressentimento e Esquecimento em Nietzsche. In: **Kínesis**, Vol. XI, nº 26 (Ed. Especial), fevereiro 2019, p.125-148.

PIRES, Amom Albernaz. A opção legislativa pela política criminal extrapenal e a natureza jurídica das medidas protetivas da Lei Maria da Penha. **Revista do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**, Brasília, v. 1, n. 5, p. 121-168, 2011.

PIRES, Pedro André G.; SPOSATO, Karyna B. O convencimento dos juízes é mesmo livre? um ensaio sobre a necessidade de identificação de um verdadeiro sistema de garantias processuais. **Revista de Teorias do Direito e Realismo Jurídico**. e-ISSN: 2525-9601| Goiânia, v. 5 , n. 1 , p. 66-85, Jan/Jun. 2019.

ROCHA, Leonel Severo; DUARTE, Francisco Carlos (coords.). **A construção socio-jurídica do tempo: teoria do direito e do processo**. Curitiba: Juruá, 2012.

SILVA, Aline Cunha. A representação criminal e sua retratação no âmbito da violência doméstica contra a mulher. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 24, n. 5759, 8 de abr de 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/73128>. Acesso em: 19 jan. 2021.

SILVEIRA, Lenira Politano. Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência. In: DINIZ, Simone G.; SILVEIRA, Lenira P.; MIRIM, Liz A. **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005): alcances e limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade Saúde, 2006.

SOUZA, Leandro. **A (In) Eficácia das medidas protetivas de urgência na Lei Maria da Penha**. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

TUCCI, José Rogério. Uma lei como o CPC leva dez anos para ser interpretada e bem aplicada, diz Tucci. Entrevista concedida a André Boselli. **Consultor Jurídico**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-nov-01/entrevista-cruz-tucci-professor-direito-processual-civil>. Acesso em 24 jan. 2021.